

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

VERBENA MARIA COSTA REIS RIBEIRO FEITOSA

**FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE NA MODALIDADE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS: AUTOVALORIZAÇÃO DOS EGRESSOS**

VERBENA MARIA COSTA REIS RIBEIRO FEITOSA

**FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE NA MODALIDADE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS: AUTOVALORIZAÇÃO DOS EGRESSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, na linha de pesquisa: Ensino, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura

Linha de Pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

VERBENA MARIA COSTA REIS RIBEIRO FEITOSA

**FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE NA MODALIDADE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS: AUTOVALORIZAÇÃO DOS EGRESSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, na linha de pesquisa: Ensino, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura - UFPI
Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima - UFMA
Examinadora externa

Profa. Dra. Josania Lima Portela Cavalcêdo - UFPI
Examinadora interna

Profa. Dra. Antonia Edna Brito- UFPI
Suplente

A Deus! Obrigada meu senhor por essa grande benção. “Tudo posso naquele que me fortalece”.

A minha família: Meu esposo Ludgero, aos meus filhos Manoel Neto, Ludgero Filho e José Neto, pelo companheirismo e compreensão nas incontáveis horas de ausência. Vocês para mim são perfeitos dentro de suas limitações humanas.

Aos meus pais, José e Raimunda (in memoriam) que acreditaram em mim, acalentando sempre que sou capaz de chegar aonde desejo.

Aos meus irmãos e irmãs: sou o resultado da confiança, da força e da oração de cada um de vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Meu **Deus**, pelo dom da vida e da arte de estudar numa área magnífica como educação, abertura para novos horizontes. “**Meu Senhor e meu Deus**”!

À professora Dra. Maria da Glória Carvalho Moura: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina” (*Cora Carolina*). Ser humano digno, inteligente, comprometida, exemplo de dedicação, contribuiu para que eu atingisse o meu objetivo, no acompanhamento sequencial, na elaboração, na reconstrução e na execução dessa dissertação, nos fazendo vivenciar a dignidade no mais alto degrau da boa convivência.

À professora Dra. Josania Lima Portela Carvahêdo, pelo incentivo, atenção e singeleza que me foram conferidos durante todo o curso.

À professora Dra. Francisca das Chagas Silva Lima, pela disponibilidade e valorosas contribuição neste trabalho.

À professora Dra. Antonia Edna Brito, pelo carinho e clareza nas suas observações.

À professora Dra. Maria do Amparo Borges Ferro, pela acolhida e atenção.

A todos os professores do Programa, pela sabedoria e experiência profissional, conduzindo-nos pelos caminhos da construção do saber.

Aos egressos da 1ª turma do PROEJA do Colégio Técnico de Floriano, vocês foram fundamentais para realização desse trabalho.

Aos amigos e colegas do mestrado que participaram direta e indiretamente para a construção das ideias apresentadas nos debates em salas de aula, a cada etapa de estudo. Aqueles (as) que sempre me ofereceram um pouco mais da sua disponibilidade.

À amiga Adjane (Loira) um anjo que **Deus** colocou na minha vida, pelas noites e horas inconvenientes nas infinitas digitações.

Àqueles (as) que direto ou indiretamente estiveram envolvidos na construção desse estudo, pela torcida e pelas orações.

Vinde a Mim, vós todos que estais aflito sob o fardo e Eu vos aliviarei. Tomai Meu Jugo sobre vós e receberei Minha Doutrina, porque Eu sou manso e humilde de coração e achareis o repouso para vossas almas. Porque Meu Jugo é suave e Meu peso é leve.
(Mt 11, 28 – 30)

“[...] uma longa caminhada começa por um pequeno passo, e que o primeiro passo é acreditar na Educação de Jovens e Adultos”.

Gadotti (2008)

LISTA DE SIGLAS

PROEJA- Programa da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.....	13
EJA- Educação de Jovens e Adultos.....	13
UFPI – Universidade Federal do Piauí.....	14
MEC – Ministério da Educação.....	14
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.....	14
FENEP – Fundo Nacional ao Ensino Primário.....	20
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciências e Cultura.....	20
CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.....	20
MEB- Movimento de Educação de Base.....	21
CNBB- Conferencia Nacional dos Bispos.....	21
CPCS - Centros Populares de Cultura.....	21
UNE - União Nacional de Estudantes.....	21
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.....	22
LDB - Lei de Diretrizes e Básicas da Educação Nacional.....	22
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.....	27
PRONERA – Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária.....	27
PLANFOR – Plano Nacional de Formação do Trabalhador.....	27
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos.....	27
CEB – Conselho de Educação Básica.....	27
CNE – Conselho Nacional de Educação.....	27
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica	33
FAT – Fundo de Aparo do Trabalhador	34
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego	34
SNET – Sistema Nacional de Educação Tecnológica	34
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	34
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	34
FHC – Fernando Henrique Cardoso	34
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	35
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária	35

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	35
CONEAF – Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais	36
CONCEFET – Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica	36
CONDETUF – Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais	36
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade	36
EPT – Educação Profissional e Tecnológica	37
CTF – Colégio Técnico de Floriano	41
EMTA – Ensino Médio Concomitante com Técnico em Agropecuária	44
EMTE – Ensino Médio Concomitante com Técnico em Enfermagem	44
EMTI – Ensino Médio Concomitante com Técnico em Informática	44
SUS – Sistema Único de Saúde	45
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio	55
ETSUS – Escola Técnica do SUS	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Definição das categorias	54
Figura 2 – Meios de comunicação	61
Figura 3 – Unidade de análise 1.1	62
Figura 4 – Unidade de análise 1.2	63
Figura 5 – Unidade de análise 1.3	64
Figura 6 – Unidade de análise 2.1	65
Figura 7 – Unidade de análise 2.2	67
Figura 8 – Unidade de análise 2.3	68
Figura 9 – Unidade de análise 3.1	69
Figura 10 – Unidade de análise 3.2	70
Figura 11 – Unidade de análise 3.3	71
Figura 12 – Continuidade dos estudos	73

RESUMO

Este trabalho consiste em investigação intitulada: “Formação técnica profissionalizante na modalidade Educação de Jovens e Adultos: autovalorização dos egressos”, desenvolvida com os egressos da primeira turma do Curso Técnico de Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens Adultos (EJA). O referencial-teórico está embasado na pesquisa qualitativa. A opção pela pesquisa qualitativa se justifica por ela valorizar hábitos, atitudes, opiniões se aplicando a proposta da investigação. Apresenta como objeto de estudo situações que envolvem reflexões sobre a formação técnica profissionalizante dos egressos. O interesse nesta temática decorre de preocupações da pesquisadora enquanto professora de cursos técnicos profissionalizantes, o que gerou a indagação: como a formação técnica profissionalizante ampliou a possibilidade de acesso dos egressos a educação e ao trabalho, contribuindo para conquistas pessoal e profissional? Defini como objetivo geral: analisar a contribuição da formação técnica, para o crescimento pessoal e profissional dos egressos. De forma específica o trabalho procura delinear o perfil sócio demográfico dos egressos para que proporcione a compreensão do público potencial do curso, identificando as mudanças ocorridas na vida pessoal relacionadas ao processo de formação, visa também, uma avaliação das contribuições da formação técnica para as conquistas no campo profissional. Fundamenta-se em Haddad (2000), Cury (2002), Moura (2003, 2010), Vieira (2004), Di Pierro (2005, 2010), Freire (2009), entre outros. Como procedimento metodológico utilizou-se o questionário a entrevista semiestruturada no grupo focal para coleta de dados. Traça o processo de organização, análise e interpretação dos dados, com base em Bogdan/Biklen (1994); Minayo (1995); Debus (1997); Cervo e Bervian (2002); Oliveira (2007); Barbour (2009) e Bardin (2009); e nos pressupostos da Análise de Discurso, proposta por Orlandi (2001; 2003); Yñiguez (2004), dentre outros. O resultado do trabalho revela que a formação técnica proporcionada aos estudantes contribui para sua autovalorização. Então, concluímos que atende as expectativas das pessoas jovens e adultas, tão heterogêneo, mas ao mesmo tempo homogêneo no que se refere aos objetivos que almejam. No entanto, necessita de discussão aprofundada sobre a problemática evidenciada, considerando que se trata de uma proposta relativamente nova, a fim de subsidiar a consolidação de políticas públicas de inclusão para o setor.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ensino Profissionalizante. Autovalorização dos Egressos.

ABSTRACT

This work consists of research entitled: "Technical Vocational Training in the Education of Youth and Adults: valorization of graduates", developed with the graduates of the first class of the Technical College of Health Surveillance, integrated into the high school, in the Education of Young Adults (EJA). The theoretical framework - is grounded in qualitative research. The choice of qualitative research is justified by her valuing habits, attitudes, opinions applying the proposed research. Presents as an object of study situations involving reflections on vocational technical training for graduates. The interest in this subject stems from concerns of the researcher as a teacher of technical vocational courses, which led to the question: how vocational technical education has expanded opportunities of graduates access to education and work, contributing to personal and professional achievements? Define general objective is to analyze the contribution of technical training for personal and professional growth of graduates. Specifically the paper seeks to delineate the socio-demographic profile of the graduates to provide an understanding of the potential public course, identifying changes in personal life related to the formation process also seeks a review of the contributions of technical training for the achievements in the professional field. Is based on Haddad (2000), Cury (2002), Moura (2003, 2010), Vieira (2004), Di Pierro (2005, 2010), Freire (2009), among others. As a methodological procedure used the semi-structured interview questionnaire to the focus group for data collection. Traces the process of organization, analysis and interpretation of data , based on Bogdan / Biklen (1994); Minayo (1995); Debus (1997); Bervian and Hart (2002), Oliveira (2007), Barbour (2009) and Bardin (2009) and the assumptions of discourse analysis , proposed by Orlandi (2001, 2003); Yniguez (2004) , among others . The results of the study show that the technical training provided to students contributes to their self-worth. So, we conclude that meets the expectations of young people and adults, as heterogeneous, but both homogeneous with regard to the objectives that aims. However, it requires in-depth discussion of the observed problematic, considering that this is a relatively new proposal in order to support the consolidation of public policies for inclusion in the sector.

Keywords : Youth and Adult Education . Vocational Education. Graduates of self-worth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	13
CAPÍTULO 1 – REVIVENDO A LITERATURA: NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO PROFISSIONALIZANTE.....	18
1.1 Educação de Jovens e Adultos: um pouco de história	18
1.2 Educação Profissional: políticas públicas	30
1.3 Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: o que é e a que veio.....	35
CAPÍTULO 2 – PERCORRENDO AS TRILHAS METODOLÓGICAS.....	39
2.1 Caracterizando a Investigação: tipo de pesquisa	39
2.2 Instrumento de Coleta de Dados enquanto Processos de Construção da Informação.	40
2.3 Cenário da Investigação	43
2.4 Interlocutores da investigação: perfil e contribuição	46
2.5 Organização dos dados: a complexidade da investigação	53
2.6 Análise interpretativa dos dados: reflexões sobre os contributos dos interlocutores	58
CAPÍTULO 3 – DIALOGANDO COM AS CONTRIBUIÇÕES DOS INTERLOCUTORES: os achados da pesquisa	60
3.1 Conhecimento do curso: contato com a informação	60
3.2 Formação inicial e continuada: um sonho possível	62
3.3 Continuidade dos estudos: contribuição do PROEJA para tomada de decisões	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	83
ANEXOS	88

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

No final do século XX, o homem presenciou os efeitos de uma avançada revolução científica e tecnológica que provocou transformações de valores sociais e culturais, em curto espaço geográfico, causando forte impacto no cotidiano da população economicamente ativa.

Esses avanços mudaram o perfil dos profissionais, pois o mercado de trabalho da contemporaneidade tornou-se mais exigente e seletivo, impondo novos requisitos básicos para o ingresso do trabalhador com uma visão globalizada, capacidade de análise crítica, capaz de fazer transferência de conhecimentos, relacionando-os com a vida.

Assim, a ausência de habilidades no campo da resolução de problemas, a tomada de decisões e a interpretações de informações são essenciais para adaptarem-se às mudanças do processo produtivo, diminuindo as dificuldades a serem enfrentadas por ocasião da inserção das pessoas no mercado formal e, até mesmo, informal de trabalho.

Sobre os aspectos das desigualdades sociais, estes vêm sendo discutidos em encontros educacionais, em nível nacional e internacional, o que vem contribuindo para gerar no Brasil a efetivação de ações educativas, na tentativa de propiciar às pessoas jovens e adultas, o acesso à escola, mas também as condições necessárias para sua permanência nela, bem, como, ajudá-las a lidar com os problemas na sociedade.

A opção por fazer uma investigação sobre a contribuição do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), para os egressos do curso Técnico em Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi acreditar que essa formação, para pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais e poder aquisitivo, atenderá as expectativas desse alunado aparentemente tão heterogêneas, mas ao mesmo tempo homogêneas no que se refere aos objetivos que almejam alcançar.

O PROEJA é uma proposta de política pública de educação, do governo federal, para a educação de jovens e adultos, e tem como grande desafio, não apenas inserir esse alunado no mercado de trabalho, mas também construir a sua formação como cidadãos para que possam produzir pelo trabalho, por si e pelo mundo. Essa oferta inovadora integra a educação básica à formação profissional, tendo como efeito a formação essencialmente integral.

Por ser um Programa de Educação voltada à inclusão social, o PROEJA assume uma dívida, que é da sociedade como um todo, no que refere àqueles que, de uma forma ou de outra, foram excluídos da escola em tempo hábil.

O PROEJA desponta como um dos programas de maior expressão no cenário da

Educação de Jovens e Adultos do nosso País nos últimos anos, apesar de ser marcado por descontinuidade, visto que, possibilita a inclusão de pessoas oferecendo acesso à informação e resgatando potenciais, até então ignorados. É a chance de cada um ser protagonista de sua própria história gerando satisfação pessoal e profissional.

Trabalhando como docente da UFPI com lotação no Colégio Técnico de Floriano, desde 2004, sou responsável por disciplinas técnicas e pelo acompanhamento de alunos no campo de estágio, venho participando do processo de implantação do Curso Técnico de Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, desde março de 2009 quando tivemos a oportunidade de participar do Curso de Formação Continuada de Docentes e Gestores no âmbito do PROEJA, ofertado pela Universidade Federal do Piauí, em parceria com o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Tecnológica (UFPI/MEC/SETEC), órgão federal que financiou o curso.

A decisão de fazer uma investigação sobre a contribuição do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica de Jovens e Adultos se fez necessário quando assumi uma disciplina na turma do PROEJA e, durante a trajetória do trabalho, duas coisas nos chamaram a atenção: os depoimentos dos alunos durante o momento da inscrição e, no dia-a-dia, a convivência com os mesmos nos fez sentir a felicidade estampada no rosto de cada um por fazer parte daquela turma que buscava o saber.

No primeiro momento a descoberta se deu quando a coordenação nos incumbiu da tarefa de investigar, através das fichas de inscrição, os depoimentos descritos pelos alunos sobre o motivo que os levaram ao afastamento da sala de aula, como também os motivos que os fizeram retornar aos estudos... Os depoimentos escritos do próprio punho, de maneira espontânea, são tão verdadeiros que fortaleceu a ideia de que o nosso país está dando um passo à frente, resgatando em parte a grande dívida social com as classes menos favorecidas. Por um lado isso promove a inclusão social e educacional de pessoas que não concluíram o Ensino Médio, nessa modalidade de ensino, por outro, desperta um sentimento de responsabilidade, de solidariedade e de compromisso com esse público que foi excluído, durante muito tempo, das políticas educacionais.

E o segundo momento que chamou nossa atenção, foi à vibração, o contentamento, a alegria, a construção de parcerias que se dava no dia a dia entre os pares, numa turma tão heterogênea, principalmente no que se refere à faixa etária, mas ao mesmo tempo, tão homogênea na busca do saber. Isso fez com que refletíssemos e chegássemos à conclusão de que a consciência dos nossos deveres para com os nossos semelhantes é extremamente importante no resgate da cidadania desses jovens e adultos.

Nesses anos de convívio, tivemos oportunidade de tomar conhecimentos de histórias e experiências de vida das mais variadas e complexas, mas em nenhum momento o interesse, o entusiasmo desses alunos foi ofuscado por problemas pessoais, sociais ou familiares. Com o tempo, fomos vendo claramente que estávamos sendo agentes de mudanças importantes no futuro para a formação desses egressos. Mesmo observando o desempenho e o contentamento dos egressos durante o curso é necessário verificar a aplicabilidade dessa nova modalidade de ensino educacional. É preciso buscar uma concepção mais ampla sobre o tempo e o espaço da aprendizagem, onde educadores e educandos possam estabelecer uma relação mais próxima e mais dinâmica, considerando a juventude e a vida adulta como fases propícias à aprendizagem que se segue ao longo da vida.

Continuamos, assim, na luta para que os direitos legalmente constituídos, embora negados, tornem-se realidade, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais e trazer novas expectativas e novas possibilidades de desenvolvimento para os sujeitos que foram privados do direito à educação.

Observar esses Jovens e Adultos sob o ponto de vista da Educação de Jovens e Adultos (EJA) revela uma condição marcada por profundas desigualdades sociais e estigmatizadas pelas contradições produzidas pelo sistema capitalista. As adversidades que afastam esses jovens e adultos da sala de aula está relacionada a toda uma conjuntura de relações de poder, de produção e de desigualdades sociais que vêm se reproduzindo por séculos na sociedade brasileira.

As políticas públicas educacionais, tanto no ensino médio quanto no profissionalizante apresentam como objetivo qualificar a força do trabalho, para que possam exercer funções necessárias às diversas ocupações. Acreditamos que essa qualificação venha atender a complexidade tecnológica que o mundo do trabalho atual exige e com o tempo venha contribuir para inserção social desses egressos, impulsionando-os para o crescimento no campo pessoal e no profissional.

Conhecendo o perfil do aluno público potencial do PROEJA, acreditamos que ele possibilitará, no futuro, a construção de uma escola mais democrática e mais dialogada, preocupada em ouvir experiências, a fim de que estes venham a ser sujeitos ativos na construção do próprio conhecimento e fazer da educação uma forma de integração no mundo, na vida. Dessa forma, a relevância do estudo tem origem na necessidade de fomentar uma discussão mais aprofundada sobre a problemática evidenciada, a fim de subsidiar a consolidação de políticas públicas de inclusão, considerando que se trata de uma proposta relativamente nova que carece de consolidação de políticas públicas de inclusão.

Nesse sentido, este estudo tem como foco principal discorrer sobre os impactos, pessoal e profissional, no processo de aprendizagem e de desenvolvimento ocorrido com os egressos da primeira turma do Curso Técnico de Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio do Colégio Técnico de Florianópolis.

Segundo Freire (1966, p.293) os egressos estão vivendo o que ele conceitua como “Sonho Possível” quando diz que “sonhar aí não significa as possibilidades, mas significa projetar, significa arquitetar, significa concretizar o amanhã”.

Situamos, por conseguinte a necessidade de investigar “em que medida o retorno a escola contribuiu para autovalorização dos egressos do Curso Técnico em Vigilância em Saúde, na modalidade Educação de Jovens e Adultos?”

Mediante o propósito de chegar à compreensão dessa problemática é que optamos por desenvolver este estudo científico a fim de captar, na concepção dos egressos, se esse curso de fato viabilizou progressos, oportunizou conquistas e desenvolvimento na esfera pessoal e profissional na sociedade em que vivem. Nesse sentido, o problema da pesquisa deu origem à seguinte questão norteadora: Como a formação técnica profissionalizante ampliou a possibilidade de acesso dos egressos, à educação e ao trabalho, contribuindo para conquistas pessoal e profissional?

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição da formação técnica, para o crescimento pessoal e profissional dos egressos. De forma específica buscamos delinear o perfil sócio demográfico dos egressos visando a compreensão do público potencial do curso; identificar as mudanças ocorridas na vida pessoal relacionadas com o processo de formação e avaliar as contribuições da formação técnica para as conquistas no campo profissional.

A dissertação ora apresentada foi organizada em capítulos, introduzida pela discussão problematizada da temática evidenciada, momento em que, se buscou contextualizar o objeto de estudo pretendido, seguido da apresentação do problema que deu origem à questão norteadora do estudo e os objetivos que tencionamos atingir.

No primeiro Capítulo, intitulado: “Revivendo a literatura: notas sobre Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante”, refletem as teorias que deram sustentação ao estudo, iniciando com a discussão sobre as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissionalizante, focando ideias advindas dos aspectos legais.

Em “Percorrendo as trilhas metodológicas”, segundo capítulo, apresentam-se os caminhos traçados e percorridos para o delineamento desse estudo, à luz de autores renomados como: Bogdan/Biklen (1994); Minayo (1995); Oliveira (2007), dentre outros

estudiosos, da pesquisa qualitativa e descritiva em educação. Discutem-se as ideias de Bogdan (1994); Cervo e Bervian (2002), no que se refere aos instrumentos usados para coletar os dados, bem como, as contribuições de Debus (1997) e Barbour (2009) sobre grupo focal seguida do delineamento sobre categorização e interpretação dos dados a luz de Bardin (2009); Oliveira (2007); Orlandi (2001; 2003); Yñiguez (2004), dentre outros.

No terceiro Capítulo, “Dialogando com as contribuições dos interlocutores: os achados da pesquisa”, busca-se fazer a interpretação dialogada das contribuições expressas nos depoimentos dos interlocutores desse estudo, procurando dar vida aos sentimentos que brotaram do íntimo de cada um, sem deixar de observar o rigor científico.

Finalmente, as considerações finais são apresentadas procurando conferir sentidos e significados epistêmicos aos resultados da pesquisa, retratando as considerações conclusivas do percurso da investigação visando os fins alcançados, ou seja, os objetivos atingidos.

CAPÍTULO 1 – REVIVENDO A LITERATURA: NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO PROFISSIONALIZANTE

No primeiro Capítulo, intitulado: “Revivendo a literatura: dialogando com as ideias dos autores”, refletem as teorias que deram sustentação ao estudo, dividido em três subitens. O primeiro: “Educação de Jovens e Adultos: um pouco de história” a discussão se volta para a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de sua institucionalização com a promulgação da Lei 5.692/71, até os dias atuais. O segundo: “Educação Profissional: políticas públicas” aborda as políticas públicas desenvolvidas para Educação Profissionalizante no Brasil, focando ideias advindas dos aspectos legais na Lei já mencionada e, a Lei 9304/96 refletindo avanços e retrocessos. No terceiro: “Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA):” A temática que deu origem ao presente estudo apresenta a discussão sobre o impacto de sua implantação.

1.1 Educação de Jovens e Adultos: um pouco de história

Fazendo um passeio pela história é visível que a educação de pessoas jovens e adultas tem sua gênese no período colonial, com a chegada dos jesuítas ao Brasil. Esses foram os primeiros educadores que iniciaram suas ações de evangelização ensinando os adultos a ler e a escrever. Tinham como objetivo doutrinar os indígenas, transmitir normas de comportamento em sociedade e ensinar ofícios que servissem ao funcionamento da Colônia.

No entanto, segundo Moura (2003, p. 26), a “[...] educação jesuítica que, a princípio era voltada para a catequese, deu lugar à educação da elite sem se preocupar com a realidade da Colônia, tendo o olhar voltado para a cultura europeia, firmando-se e, assim excluindo o povo”. Com efeito, coube aos religiosos a criação do primeiro sistema educacional brasileiro, dando-lhes grande autonomia na Colônia. Essa autonomia provocou um descontentamento nos poderosos da época fazendo com que a Coroa portuguesa combatesse a ampliação desse controle, o que resultou na expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marques de Pombal provocando, de certa maneira, uma regressão no sistema educativo implantado.

A primeira Constituição Brasileira criada em 1824, garantia sob forte influência europeia, o direito à instrução primária para todos os cidadãos, portanto também, para os adultos. No entanto, a implantação de uma escolarização com qualidade social sempre foi interpretada como direito apenas para as crianças. Todavia a história nos mostra uma

contradição entre o proclamado, do ponto de vista legal, e os desdobramentos desta intenção. Os limites da doutrina liberal, cuja expressão de direito foi posse da propriedade como caracterização desse período, e, conseqüentemente o conceito de cidadania em decorrência da posse, são mecanismos promotores dessa contradição.

No contexto republicano, com advento da Primeira República pode-se destacar a Constituição de 1891, apesar de se verificar uma presença maior da União, contrariando a lei, a educação brasileira, para todos os cidadãos, não alcançou os objetivos desejados e permaneceu estagnada para uma determinada camada social e privilegiando as classes dominantes: a educação direcionada para os adultos continuou em segundo plano, os seja, ficou para mais tarde.

O resultado foi à elevação do número de analfabetos, que apesar de se constituírem na grande massa dos trabalhadores e de geradores de produção continuaram sem condições de participação ativa na sociedade, sendo proibidos de exercerem o direito de cidadania, principalmente, o direito de votar e ser votado, focalizando-se na mão de obra representada pela força física, sem direito de participação política.

No rol das reflexões que envolvem a trajetória histórica da educação destinada a pessoas jovens e adultos chega-se à década de 20 sem grande preocupação por parte do poder público, com a criação de políticas educacionais específicas para jovens e adultos e esse período é marcado pelo surgimento de movimentos de educadores com o apoio da população, reivindicando a ampliação de escolas e melhorias da qualidade de ensino, para esse público, exigindo que o Estado se responsabilize por este serviço, pois “[...] os precários índices de alfabetização que nosso país mantinha começava a fazer da educação escolar uma preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110).

O trânsito pela literatura permite verificar que não existia uma preocupação expressa, nesse período, com a EJA, como política pública de singularidade, inclusive do ponto de vista de produção teórica sobre essa especificidade.

A Revolução de 1930 tornou-se um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil. As mudanças se fizeram sentir a partir da Constituição de 1934, que propunha um Plano Nacional de Educação coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as competências, os compromissos explicitados e as prerrogativas de cada esfera de governo: União, Estado e Município.

Então na década de 30, momento em que a sociedade brasileira passou por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e ao do desenvolvimento do

epicentro de uma economia agroexportadora, o sistema público de educação elementar no país começa a se consolidar. Sem dúvida, o pensamento pedagógico e as políticas educacionais voltadas para a singularidade da EJA começaram a se delinear a partir da década de 40, período em que o Estado desencadeia ações objetivas para garantir a escolarização de setores marginalizados do contexto escolar.

Assim, a educação de adultos e jovens se coloca como tema de política educacional expressa em iniciativas concretas com a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização às camadas populares, até então excluídas da escola. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 9):

[...] A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouca duradoura Constituição de 1934, mas é nessa década que começou a tomar corpo, em iniciativas concretas a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da produção até então excluídos da escola.

Contudo, as implicações dos altos índices de analfabetismo causam constrangimentos nas relações internacionais, surgindo em 1945 a regulamentação de um Fundo Nacional voltado ao Ensino Primário (FNEP), com destinação dos respectivos recursos à política de ensino supletivo para adolescentes e adultos. Neste mesmo ano é criada a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação Ciências e Culturas) que “[...] denunciava ao mundo as desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimentos das nações categorizadas como atrasadas” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111).

Em 1947, o Ministério da Educação e também por tensionamento internacional, criou o Serviço de Educação de Adultos, promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), cujo objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo, através de alfabetização e da capacitação profissional.

Essa Campanha atuou no meio rural e no meio urbano, com objetivos diversos, mas diretrizes comuns. No meio urbano visava a preparação de mão de obra alfabetizada para atender as necessidades do contexto urbano e industrial. Na zona rural, pretendia-se fixar o homem no campo além de integrar os imigrantes e seus descendentes aos Estados do Sul. “[...] Apesar de, no fundo, ter objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEAA) contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil” (VIEIRA, 2004, p. 19-20).

Nesse cenário histórico não se pode deixar de citar as campanhas para atender a educação de Jovens e Adultos, com destaque relevante para a Primeira Campanha Nacional

de Alfabetização (1950) e a Campanha de Educação Rural (1952). Todas elas contribuíram para a redução do índice de analfabetismo. No entanto a educação continuou refletindo as contradições da sociedade.

É importante realçar, pelo caráter de significados no tocante à ratificação ao direito dos adultos à educação, o Segundo Congresso Nacional de Adultos no Rio de Janeiro. O respectivo evento além de primar por esse direito público subjetivo, destacou o profícuo debate acerca do questionamento dos níveis de qualidade que marcaram os processos e práticas desencadeados de formação dessa demanda, marcando um novo momento de pensar a educação, tornou-se um marco histórico para a área.

Nessa época surge uma nova referência para a educação de Jovens e Adultos, o grande educador Paulo Freire, que defendia e propunha uma educação de adultos que estimulasse a participação e a responsabilidade social e política, evidenciando as características socioculturais das classes populares. Freire (1989, p. 30), defendia que:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político.

O pensamento de Freire influenciou os desdobramentos históricos subsequentes, consubstanciados como uma gama de iniciativas gestadas e implementadas por movimentos sociais de base que construíram experiências múltiplas principalmente para a alfabetização e de pessoas jovens e adultas.

No início dos anos 60, é possível destacar os programas de educação do MEB – Movimento de Educação de Base, ligado à Conferência Nacional dos Bispos (CNBB); Movimento da Cultura Popular do Recife, que elaborou uma cartilha de alfabetização com conteúdos ideológicos e populares.

Também mereceu destaque os Centros Populares de Cultura (CPCS) organizada pela União Nacional de Estudantes (UNE) e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Esses visavam professar uma educação de adultos, crítica voltada à transformação social, despertando nos homens a consciência de seu papel como sujeito de aprendizagem, de produtor da cultura e transformador do mundo (MOURA, 2003).

Em virtude do golpe militar de 1964, as experiências desenvolvidas que apresentavam criticidade foram ceifadas, dentre elas estava a educação proposta por Paulo Freire, época considerada como uma ameaça à ordem imposta pelo regime vigente. Assim a educação para

as massas populares saiu do foco e a população excluída foi incorporada pelo governo num Projeto Nacional de Alfabetização de Adultos.

Em 1969, a política Estatal passa a ser orientada pela proposta do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), desprovida de senso crítico, criado pela Lei n. 5379, de 15 de dezembro de 1967. Organizado pelo Governo Federal e pelo Ensino Supletivo, ambas as políticas com um caráter centralizador e de condicionamento ideológico. Tinha como objetivo resolver em cinco anos o problema de alfabetização no Brasil, como resposta a um direito de cidadania.

Dessa forma, o MOBRAL distancia-se da proposta inicial e passa a atender os objetivos políticos dos Governos Militares. Apesar de ter sido o programa mais representativo do período.

Ainda na ditadura militar, com a Lei n. 5692/71, que reformulou o ensino do 1.º e 2.º grau introduzindo a profissionalização, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, através da regulamentação do Ensino Supletivo. Nessa perspectiva, Vieira (2004, p. 40), postula que:

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei n. 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia como função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não tenham conseguido ou concluído na idade própria.

A partir de então, em todo o país são criados os Centros de Ensino Supletivos, visando a construir “uma nova concepção de escola”, a fim de suprir as necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O sistema de supletivo apresentou alguns problemas, pois o fato dos cursos não exigirem frequência elevou os índices de evasão e a busca de uma formação básica a fim de ingressar no mercado de trabalho, restringiu o estudante a busca apenas do diploma sem conscientização da necessidade do aprendizado.

De acordo com Haddad (1991), a criação dos centros de estudos supletivos não atingiu seus reais objetivos, pois não receberam apoio político, nem recursos financeiros suficientes para garantir o êxito de sua realização. Além disso, seus objetivos estavam voltados para os interesses das empresas privadas do mercado.

O paradigma de alfabetização e de suplências atravessou os anos 70/80, perpassando a Lei n. 5692/71 e refletiu-se de certa forma na própria LDB vigente, Lei n. 9394/96. A educação dos jovens e adultos passa a ser admitida pelo Estado.

A década de 80 foi marcada pelas mudanças sociopolíticas com o fim dos governos

militares e retomada do processo de democratização da sociedade. Com isso, houve grande ampliação no campo dos direitos sociais, o que possibilitou o crescimento dos movimentos em defesa da escola pública e gratuita para todos. A extinção do MOBRAL, em 1985, sendo substituído pela Fundação EDUCAR que passa apenas a apoiar financeiramente às iniciativas do governo em programa de combate ao analfabetismo.

Como podemos ver, em termos legais a EJA no Brasil tem ocupado nas últimas décadas um lugar de destaque no processo de democratização da escola brasileira, mas sua trajetória acompanha a história da educação e, por consequência reflete a ideologia dos modelos econômicos e políticos dos que detêm o poder. Nessa linha de pensamento, Cury (2002, p. 253) afirma:

O direito à educação, como direito declarado em lei, é recente e remoto ao final do século XIX e início do século XX. Mas seria pouco realista considerá-lo independente do jogo de forças sociais em conflito. Esses direitos são também um produto dos processos sociais levantados a diante pelos segmentos da classe trabalhadora, que viram nele um meio de participação na vida econômica social e política.

A Ditadura Militar pretendia inverter a direção ideológica e montar uma estrutura em que a educação resolveria todos os problemas sociais do país. Com a implantação a Lei n. 5.692.71, falada anteriormente, que introduziu a profissionalização, os cursos noturnos e os supletivos funcionavam como estruturas de apoio. Segundo Moura (2003, p. 53):

As bases específicas do ensino supletivo no Brasil vieram com o advento da Lei 5692/71, dando uma amplitude a essa modalidade de ensino, não caracterizada até então, em nenhuma das reformas anteriores. Com o objetivo de propiciar melhor operacionalização do Supletivo, o Conselho Federal de Educação fez publicar o Parecer n., 699/72 [...] e, em observância a nova Lei foram definidas quatro funções básicas: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação.

Dentre essas funções destaca-se: Aprendizagem e Qualificação por estarem relacionada diretamente ao ensino médio profissionalizante. A primeira visava a formação no trabalho sendo de responsabilidade das empresas, enquanto que a segunda focava cursos e exames com vistas a profissionalização sem se preocupar com a educação geral (MOURA, 2003).

A educação formal para pessoas jovens e adultas passa a ser considerada após a terceira conferência internacional de educação de adultos com o objetivo de integrar essas pessoas, principalmente os não escolarizados, na escola. Por iniciativa do Ministério da Educação foram implantados os Centros de Ensino Supletivos com a finalidade de atender a todos que desejassem retornar à escola.

Em 1990 foi realizado na cidade de Jantien na Tailândia a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde foi reconhecido um novo perfil do trabalhador para o mercado de trabalho, capacitando-os para melhorar a sua atuação no ambiente de trabalho, no campo da economia e nas tecnologias de informática e da comunicação.

Ao mesmo tempo foi também reconhecido e admitido o fracasso das campanhas de alfabetização, ou seja, o aprendizado aligeirado sem ter oportunidade de desenvolver o espírito crítico no alunado e o que é fundamental sem dar oportunidade de continuidade no processo de escolarização.

Nesse mesmo ano a Educação de Jovens e Adultos sofreu mais um retrocesso, visto que, no início do Governo Collor, foi extinta a Fundação Educar, num processo de enxugamento da máquina administrativa, transferindo as ações da EJA, para os Estados e Municípios.

A terminologia Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu no final da década de 1980 e início de 1990, com a promulgação da Constituição de 1988, em virtude da presença marcante de jovens nessa modalidade de ensino. Esse fato se deve ao fracasso da escola básica fazendo com que muitos jovens procurem o ensino noturno. Atualmente, os estudos e pesquisas evidenciam que os jovens entraram definitivamente em cena nessa modalidade de ensino.

Não se pode negar que a Constituição de 1988, garantiu importantes avanços no campo da EJA. No artigo 208, a Educação passa a ser direito de todos, independente da idade, e nas disposições transitórias são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo. O artigo 208 esclarece: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram o acesso na idade própria” (BRASIL, 1988).

Em 1996 foi aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de n. 9394/96, artigos 4º e 5º, consolida a institucionalização dessa modalidade de ensino. Quatro anos depois, o Conselho Nacional de Educação emite Parecer reconhecendo a dívida social e a necessidade de investimento pedagógico para a educação de jovens e adultos trabalhadores.

A novidade identificada na nova legislação foi a redução da idade mínima dos estudantes, no que se refere à terminalidade, fixada em quinze (15) e dezoito (18) para o ensino fundamental e médio respectivamente.

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), a verdadeiro marco introduzido pela segunda LDB, foi a definição da distinção clara entre o ensino regular e o ensino supletivo,

integrado à educação de jovens e adultos ao ensino básico regular. A nova legislação incorporou uma mudança conceitual ao substituir a denominação Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos, avaliada de forma positiva por profissionais da área.

Segundo Soares (2002, p. 12), o termo ensino “[...] se restringe a mera instrução já o termo educação é um processo de formação [...]”. Isso significa dizer que ao ensino está relacionado apenas a instrução, já o termo educação é bem mais amplo, trata-se de um processo, da busca contínua para a formação integral do ser humano.

Ressalte-se que a oferta da EJA, com qualidade é capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-o reescrever sua história de vida. Nesse sentido, Freire (1996, p. 138) vem nos dizer que: “[...] a educação deve ter como objetivo maior desvelar as relações opressivas vividas pelos homens, transformando-as para que eles transformem o mundo. Ao se descobrir como produtor de cultura, os homens se veem como sujeitos e não como objetos de aprendizagem”.

Então, o processo de escolarização se define pelas características e especificidades dos sujeitos aos quais ele se destina, em defesa de uma escola centrada na aprendizagem continuada de educador e educandos.

De acordo com Rocha (2009, p. 25), a EJA no Brasil constitui-se em uma modalidade específica da educação básica “[...] destinada a uma parcela da população que não teve acesso durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular, seja pela inadequação do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicos desfavoráveis”.

Nesse sentido, quando se fala em EJA, ainda se remete para um público dependente, que estão em busca de oportunidades de emprego, moradores urbanos, periféricos, residentes em vilas e na zona rural. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho da política e da cultura (MOURA, 2003).

A EJA no contexto nacional é caracterizada por fatores como; descontinuidade de ações pontuais e isoladas; restrições de financiamento para o bom desenvolvimento de programas e, sobretudo, atualmente, pela existência de jovens provenientes, sobretudo de ensino fundamental regular que não lograram êxito no processo de escolarização na idade aceita como apropriada pela legislação.

Deve-se entender que a EJA engloba um público heterogêneo, inserido numa múltipla diversidade cultural: “[...] mulheres, homens, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas e afro-descentes” (BRASIL, 2008, p. 28). A EJA vai

ao encontro de quarenta (40) milhões de jovens e adultos brasileiros sem formação sujeitos marginais do sistema necessitando de serem cidadãos.

Concordamos com Gadotti (2008, p. 20) quando diz: “[...] uma longa caminhada começa por um pequeno passo, e esse primeiro passo é acreditar na educação de jovens e adultos”. Pois é através do conhecimento que o homem se torna capaz de enfrentar os desafios da sociedade complexa, globalizada.

Diante disso pode-se afirmar que a organização política e econômica do país tem levado ao agravamento da pobreza e da desigualdade. Essa situação manifesta-se pelos altos índices de analfabetismo e exclusão da escola, seja pela falta do acesso, seja pela não permanência, sem contar que aqueles que permanecem não conseguem aprender.

Para superar a exclusão da escola que esta incluída em uma categoria mais ampla que é a exclusão social, governo e sociedade têm responsabilidade de desenvolver política de inclusão com qualidade.

A escolarização de jovens e adultos em nível fundamental e em nível médio, é necessidade resultante da situação econômica e social do país e deve contribuir para a formação profissional e para o crescimento cultural daqueles que foram excluídos prematuramente da escola.

Portanto, falar em inclusão de jovens e adultos trabalhadores não é falar em oferecer condições para o exercício da cidadania, mas possibilitar maior participação na vida em sociedade com capacidade para intervir criticamente na sociedade.

Embora os sistemas de ensino ainda não tenham incorporado segundo a vigente LDB, a EJA é uma modalidade da Educação Básica, que se propõe a atender um público que a ele foi negado o direito à educação durante a infância, a adolescência e na fase adulta, por várias razões, sejam socioeconômicas ou inadequação do sistema de ensino.

A permanência do público da EJA em sala de aula tem sido alvo de muitas pesquisas e de preocupações de muitos teóricos, devido ao avanço tecnológico e aos espaços educativos com poucos recursos. Tem-se buscado formas atrativas de despertar nesses estudantes algo que corresponda aos seus interesses e os proporcionam uma via de acesso, pode ser através da educação profissional, utilizando aulas teóricas e práticas, tornando-as mais interessantes.

As ações com designações coletivas permitem ao sujeito cognoscente sentir-se autor de suas decisões no domínio de seus direitos e de seus deveres, favorecendo a emancipação humana. Esta é condição de garantir a qualidade social da população.

Embora a Constituição tenha definido a educação como “direito de todos” chegamos à década de 90 com políticas públicas educacionais ineficientes, visto que os programas que

foram ofertados, mas não conseguiram atender à demanda populacional.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a reforma da Educação Profissional por meio do Decreto n. 2.208/97, redefiniram os rumos da política educacional, o que significou expressivo retrocesso no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tal medida desestimulou o setor público a expandir o ensino fundamental de jovens e adultos. Em vista disso, Moura (2003, p. 60) se pronuncia:

O reduzido montante do gasto público atribuído à educação de jovens e adultos pelas três esferas de governo não é um fenômeno do final dos anos 90. Embora a escassez dos dados não permita configurar séries históricas metodologicamente coerentes e comparáveis entre si, as estatísticas que conseguimos reunir – fragmentarias provenientes de fontes de diferentes e organizadas por critérios diversos – demonstram tratar-se de fenômeno antigo.

Dessa forma, acentuou-se então, o lugar secundário ocupado pela EJA no conjunto das políticas educacionais, visto que, a modalidade de ensino foi desconsiderada no cálculo de estudantes das redes municipais e estadual do ensino fundamental.

Em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, surge o Programa “Comunidade Solidária” voltado para o combate à pobreza. Dois anos depois, em 1997, foi criado o Programa de Alfabetização Solidária, com o objetivo de reduzir o analfabetismo por meio de um trabalho de alfabetização inicial com cinco meses de duração. Tiveram início outros programas federais para pessoas jovens e adultas como: o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA) e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR).

Com a mudança do governo, em 2003 o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade. Então, o Ministro da Educação lançou um programa similar ao do governo anterior intitulado: Programa Brasil Alfabetizado, financiado pelo governo federal em ainda em vigência até os dias atuais. Apesar do investimento, as estatísticas mostram que os resultados não são promissores, visto que, o índice do analfabetismo continua altíssimo (MOURA, 2003).

Dentre outras iniciativas destaca-se: o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) em cuja descrição e análise nos detivemos para realizar essa pesquisa.

Com o advento da Lei 9394/96, definiu-se a EJA como uma modalidade de ensino da Educação Básica, reafirmada pelo parecer CEB/CNE n.11/2000, que definiu as diretrizes

gerais e apresenta três funções básicas para a EJA: a função reparadora, equalizadora e função permanente e/ou qualificadora. Reconhecida a obrigatoriedade, nos anos subsequentes, verificou-se uma grande expansão dessa modalidade de ensino no sistema municipal, até então ofertada, em sua grande maioria, pelo sistema estadual.

Embora os sistemas de ensino tenham realizado esforços para melhorar o atendimento aos jovens e adultos, o Brasil continua exibindo um número enorme de analfabetos. Nesse sentido, se faz necessário “[...] provocar discussões em todos os segmentos sociais sobre as razões históricas do analfabetismo, inserindo a questão maior que é a educação básica oferecida a jovens e adultos. [...] passando pela qualificação dos profissionais envolvidos, melhoria da própria escola que lhes é oferecida [...]” (MOURA, 2003, p. 123).

Acredita-se que ao ter clareza dessa dívida social surgirão políticas públicas para o setor alicerçadas em decisões concretas, extraída da realidade do público potencial da EJA, reconhecendo-se o princípio de igualdade na educação oferecida a todos em nosso país.

É notório que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA apresentam alguns avanços do ponto de vista pedagógico, demonstrando uma preocupação com a especificidade dos jovens e adultos atendidos no sistema educacional. Deixa evidente que a EJA não deve ser considerada como uma política compensatória, visto que, o perfil dos estudantes é diferente dos estudantes dos cursos regulares destacando a necessidade de projetos pedagógicos próprios que levem em consideração o perfil e a situação de vida do seu público.

A legislação enfatiza ainda a relação entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico que pode ser efetivada de modo concomitante ou sequencial (PARECER 11/2000) e a valorização da formação e da prática educativa de jovens e adultos no sistema educacional.

O Parecer destaca, ainda, a importância da formação continuada para o professor da EJA ofertada por Instituição de Ensino Superior, focada nas relações do contexto intra e extraescolar, visto que, a relação pedagógica a ser desenvolvidas será com sujeitos cujas experiências de vida não podem ser ignoradas. “[...] Respeitando-se a linguagem, a cultura e a história de vida dos educandos pode-se levá-los a tomar consciência da realidade que o cerca discutindo-a criticamente. [...] Conteúdos, portanto, jamais poderão ser desvinculados da vida” (FREIRE, 1996, p. 51).

Nessa direção, pode-se afirmar que a EJA tornou-se, então, uma modalidade de educação de caráter permanente. Isso significa dizer, que o sentido de aprender é para toda a vida, em múltiplos espaços sociais, a fim de responder as exigências do mundo contemporâneo, para além da escola. Como modalidade de ensino da educação básica, inicia

o processo com a alfabetização e se estende para escolarização e qualificação profissional, considerando que o direito à educação remete ao desenvolvimento integral da pessoa humana.

Moura (2003, p. 65) ao referi-se à educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras, ou não, se reportando à história da educação diz:

[...] Lamentamos, no entanto, que na história da escola pública brasileira o trabalhador, seja ele, jovem ou adulto, não tenha conseguido adentrar nesta escola, e exigir a qualidade da educação oferecida a seus filhos e a eles próprios, provocando dessa forma a organização de um plano que faça avançar os direitos do povo e a qualidade da educação básica pública e gratuita para todos. Só a história será capaz de nos dizer se esse sonho acalentado por milhões de brasileiros se tornará realidade.

Segundo Marchie e Schaffer (2000), o ensino oferecido às pessoas jovens e adultas pode e deve se constituir num meio para libertar a escola das amarras da tradição elitista, base de sua criação, no momento em que estará abrindo suas portas para pessoas que ficaram à margem da escolaridade, ou porque ingressaram cedo no mercado de trabalho, ou ainda porque viveram frustradas experiências escolares. Esses jovens e adultos desassistidos, procuram na escola novas oportunidades e perspectivas de abertura de novos horizontes. Buscam conhecimentos e principalmente a profissionalização.

Conforme Lopes (2005), a educação de jovens e adultos na contemporaneidade é uma necessidade, tanto para a vivência na comunidade como nos locais de trabalho. Não se pode negar que à medida que a sociedade vai se desenvolvendo, cresce com ela a necessidade de escolarização.

Ressalte-se que a escolarização dos adultos favorece a educação de crianças e de adolescentes, assim, quanto mais os pais estudam, mais conscientes ficam da importância da educação e, em consequência, contribuem para que seus filhos permaneçam na escola. Enfim a educação possibilita o desenvolvimento da sociedade, tornando o ser humano politicamente mais justo, humanitário e consciente de seus direitos.

Nesse, sentido, a educação é capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-o reescrever sua história de vida. “[...] A educação deve ter como objetivo maior desvelar as relações opressivas vividas pelos homens, transformando-as para que eles transformem o mundo. Ao se descobrir como produtor de cultura, os homens se veem como sujeitos e não como objetos de aprendizagem” (FREIRE, 1996, p. 138).

A respeito do direito das pessoas jovens e adultas a terem uma educação de qualidade, Giovanetti (2006, p. 246) afirma que: “[...] Esse direito é aqui entendido não apenas como o do acesso das camadas populares à escola, mas também como propiciador de sua permanência em uma escola que proporciona um processo educativo marcado por sua inclusão efetiva”.

A rigor, as Instituições formadoras têm pela frente um enorme desafio, pensar a formação de profissionais com capacidade para refletirem sobre o seus próprios desempenhos, promovendo uma formação integral consistente para o professor de pessoas jovens e adultas. Moura (2007, p. 63) acrescenta:

Esse é o maior desafio a ser enfrentado no novo milênio. Sendo necessário, em suma, uma profunda reflexão crítica e realista sobre a necessidade de se pensar a EJA como política pública inclusiva, na perspectiva de educação permanente e continuada, colocando o seu público alvo no centro de suas ações sem, contudo, oferecer uma educação pobre para os pobres. Precisamos, portanto, deixar no anonimato velhos paradigmas da educação e assumir os novos que se descortinam garantidos pela nova Lei.

Nessa perspectiva, é essencial que o professor da EJA se aperceba como mediador do processo de aprendizagem do estudante, compreendendo que o contexto da sala de aula é propício para o estabelecimento de interações entre: professor, estudante e conhecimento, encorajando-os a identificarem os saberes que fazem parte de seu contexto sociocultural, enfatizando o seu significado no processo de assimilação dos saberes escolares (MOURA, 2007).

Vê-se, dessa maneira, que o conhecimento do percurso da EJA, na história da educação pública brasileira e seus aportes legais, têm importância fundamental para o processo de ressignificação da EJA no Brasil.

1.2 Educação Profissional: políticas públicas

As políticas públicas referentes à educação e à formação profissional no Brasil têm apresentado nos últimos anos variedades em níveis e modalidades de ofertas com cursos profissionalizantes integrados à educação básica na modalidade de jovens e adultos, elevando a escolaridade.

A trajetória da educação para o trabalho no Brasil é caracterizada, majoritariamente, pelo desenvolvimento de um modelo de ensino comprometido com uma formação de transmissão de conteúdo técnico e para um trabalho específico tanto no setor público, quanto no privado. O desenvolvimento de políticas de educação profissional implementadas em território nacional está historicamente alinhado com as políticas de desenvolvimento econômico preconizados por diretrizes internacionais, para os países pobres e/ou em desenvolvimento.

O processo de industrialização brasileiro, associado ao desafio de uma população que desde a nossa colonização apresenta uma baixa escolaridade, despertou a construção de

políticas educacionais negociadas e acordadas com a classe empresarial em constante busca de ascensão.

Com efeito, já na segunda metade dos anos 50 o enfoque educacional passou a ser dirigido para o técnico profissionalizante, isto é, a educação para o trabalho. Nesse cenário de desenvolvimento nacional os debates políticos, as questões ligadas à educação para a massa popular entrou em pauta nos debates políticos e educacionais.

Contudo, considerando-se a importância de voltar no tempo a fim de resgatar informações históricas que venham a favorecer a trajetória do ensino de profissões no Brasil, decidiu-se iniciar pela década de 70, até os dias atuais, período em que ocorreu a reforma do ensino fundamental e médio, no governo Médici, considerado o mais violento dentre os governos ditatoriais.

A lei 5.692/71, artigo 21 dizia que: “[...] o ensino de 1º e 2º graus tem como objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Nesse sentido, a Educação Básica passa por modificações em sua estrutura e funcionamento “ampliando a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos [...] suprimindo os exames de admissão. Outra mudança é a criação da escola única profissionalizante, tentativa de extinguir a separação entre escola secundária e técnica”. [...] é reestruturado o curso supletivo” (ARANHA, 1996).

Essas modificações ocorridas, na época, obedeciam ao princípio da *continuidade e terminalidade*. O primeiro como garantia de promoção de série e/ou nível (1º e 2º) graus. O segundo seria o desejável que ao concluir um nível de ensino, seja em nível de ensino fundamental ou médio o estudante estivesse preparado para exercer uma profissão.

Com o advento da Lei 5.692/71, os currículos sofreram modificações regulamentadas por pareceres, subdividindo-se em duas partes: educação geral e formação especial da habilitação profissional.

Segundo a posição de Santos (2000, p. 219), cumprindo determinação do governo militar após dez anos da promulgação da Lei da reforma de ensino de 1º e 2º graus,

[...] substitui a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação profissional compulsória. [...] Os efeitos dessa reforma sobre o ensino médio foram o de não produzir nem a profissionalização nem o ensino propedêutico, tendo em vista o fracasso da política educacional imposta pela política aplicada pelo regime militar.

Nesse cenário de repressão nacional, as comissões formadas para decidirem a

educação do país eram escolhidas pelo Coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação. Dessa forma as questões ligadas à educação para a massa popular entram em pauta nos debates políticos sob a vigilância atenta do governo.

Dentre os aspectos apontados como fator decisório para o fracasso do ensino médio profissionalizante, destaca-se a escassez de recursos materiais e humanos para manter as escolas da rede pública e a resistência dos grupos empresariais em admitir em seus empregados oriundos dos cursos profissionalizantes.

Isso significa dizer que “[...] a dualidade do sistema educacional estava mantida, dessa vez escondida em um projeto que, aparentemente, apresenta uma estrutura de ensino médio em que a profissionalização deveria abranger a todos, a todas as classes sociais, indiscriminadamente” (SANTOS, 2000, p. 220).

No entanto, essa dualidade se mantinha nas próprias condições estruturais do sistema de classe, visto que, o estudante trabalhador, em sua maioria, era excluído da escola muito antes de conseguir chegar ao segundo grau.

Segundo Nascimento (2007, p. 226), com a reformulação do ensino industrial, promovida, também, pela Lei 5.692/71,

[...] as, então, escolas industriais (herdeiras das escolas de aprendizes artífices) passaram a desenvolver e oferecer cursos técnicos em nível de segundo grau e com duração de quatro anos. O aluno que concluísse com sucesso o terceiro ano recebia o certificado de conclusão do curso médio de segundo grau; enquanto o aluno que o concluísse nos quatro anos previstos, [...], obtinha o diploma de 'técnico de nível médio'. Assim, as escolas industriais foram transformadas em escolas técnicas, sendo que as do sistema federal de ensino foram nomeadas como escolas técnicas federais. O mesmo aconteceu com as escolas agrícolas que passaram a escolas agrotécnicas federais.

Dessa forma, consolida-se a desativação dos cursos industriais à época denominados ginásios industriais com a extinção das Escolas Industriais da rede federal, transformadas em Escolas Técnicas Federais.

Em contrapartida, o fracasso no ensino profissionalizante de segundo grau motivado por várias causas, dentre as quais pontua-se: o descrédito da rede empresarial, as Escolas Técnicas Federais conquistaram junto aos empresários grande prestígio. Essas, passaram de escolas destinadas a pessoas sem posses “[...] no tempo em que eram Escolas de Aprendizes e Artífices, essas instituições se converteram em Escolas Técnicas, nas quais a grande parcela dos técnicos por elas formados [...] eram recrutados, quase sem restrições, pelas grandes empresas privadas ou estatais” (SANTOS, 2000, p. 220).

Convém lembrar, que as escolas técnicas que eram de responsabilidade dos estados,

cuja proposta pedagógica seguia orientações precisas do sistema federal, em sua maioria, de acordo com Nascimento (2007, p. 226-227),

[...] passaram a condição de colégios secundários, conseqüentemente seus cursos industriais foram extintos e substituídos por cursos ginasiais e científicos do ensino secundário. [...] como praticamente todos os estados contam com, pelo menos, uma escola técnica e ou agrotécnica federal, é possível perceber que houve uma expansão de tais unidades descentralizadas de ensino por volta dos anos 1980-1990, o que, de certa forma, compensou possíveis ausências da oferta de ensino profissional no país.

No entanto, os prejuízos para a educação profissional do país, principalmente para as classes menos favorecidas foram enorme. A título de exemplo, cita-se os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O primeiro contava com 12 escolas industriais espalhadas pelos seus municípios. Dessas, apenas uma não foi transformada em colégio secundário, sobreviveu e continua até hoje mantida por uma fundação vinculada à Secretaria de Ciência e tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

O segundo que também possuía um número considerável de escolas técnicas estaduais assistiu gradativamente o sistema ser desmontado. Até mesmo a tradicional Escola Técnica Parobé, fundada em 1009, pelo então presidente Nilo Peçanha, não foi poupada. Vale registrar que quando o governo decidiu-se por contemplar o Estado do Rio Grande do Sul com uma Escola Técnica Federal, escolheu a cidade de Pelotas e fundou o então Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Pelotas.

Continuando com o propósito de traçar de forma geral, o percurso histórico do ensino técnico no período de 1970 aos dias atuais, especificamente a partir da Lei 5.692/71, da reforma de ensino de 1º e 2º graus e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 passaremos a discussão de como ficou desenhado o ensino técnico, após o advento da segunda LDB.

O formato do ensino médio apresentado pela LDB n. 9.394/96, com duração mínima de três anos integra a educação básica constituindo a sua etapa final, garantindo o direito de ingresso na educação superior desde que concluído o curso. A Lei prevê, ainda, que atendida os requisitos da formação geral o estudante poderá optar pela carreira de técnico profissional.

A partir de então a Educação Profissional, passou a ser regulamentada pelo Decreto n. 2.208/97, integrando-o as diversas maneiras de educação e trabalho. Nesse sentido, Santos (2000, p. 221-222), afirma que:

[...] a estrutura da educação profissional passa a ser constituída pelos seguintes níveis: básico, que se destina a qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente da escolaridade prévia; técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos egressos do ensino médio; e tecnológico, que corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos alunos oriundos do ensino médio e técnico.

Assim, tanto a Lei como o Decreto dispõem que a certificação do estudante só será possível mediante à conclusão da etapa final da educação básica. No entanto, a educação profissional desde a década de 30 passou por vários momentos de transformação procurando adaptar-se aos avanços do sistema industrial brasileiro que demanda critérios para a formação da força de trabalho.

No âmbito federal, a regulamentação do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), desencadeou projetos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). E assim elaborou-se um projeto de educação profissional continuada voltada para trabalhadores empregados e desempregados, ambos sem conhecimentos das mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva vigente naquele momento. Já o MEC, numa perspectiva de formação para o trabalho focado no discente teve como proposta o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SNET) integrando escolas técnicas das três entidades da federação e instituição particulares da rede SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), formando recursos humanos para o ingresso no novo patamar de desenvolvimento nacional (MANFREDI, 2002).

Nesse período existia projetos da sociedade civil organizada com ideias democráticas, divulgando a construção de uma educação nacional integrada no campo do trabalho, cultura, tecnologia e crescimento. Consolidando a Formação profissional após a conclusão da educação básica valorizando capacidades técnicas e intelectuais, oportunizando aos sujeitos trabalhadores o protagonismo no processo de construção social, conquista de cidadania e luta contra a exclusão.

No governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003) houve a reforma dos ensinos médios e profissionalizantes, garantiu mais uma vez a adequação às demandas da atual sociedade globalizada, altamente produtiva e competitiva. Instituiu o ensino médio como um conjunto de conhecimentos necessários para a construção da cidadania e para o ingresso na educação superior, que deve formar com o foco no trabalho, e no ensino profissionalizante, caracteristicamente complementar, para todos os níveis de escolaridade, vinculando às necessidades inerentes do setor produtivo.

No governo posterior a FHC apontava para uma reforma na educação profissional pactuada com a Constituição Federal de 1988, que defendia a educação laica, gratuita, de qualidade, politécnica e de formação omnilateral, mas o que foi percebido, que além de implementar o modelo do governo anterior, desenvolveu programas pontuais como Escola de Fábrica; Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e ao Programa de Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), hoje denominado, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que sozinhos não têm força política para reorientar as reformas necessárias (FRIGOTTO; CIAVIATTA; RAMOS, 2010)

No governo atual vem-se destacando o ensino à distância com o programa E-TEC Brasil, tem como objetivo a formação profissional de nível médio à distância, constituindo-se uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. Trata-se de uma ação incluída no âmbito da política de expansão da educação profissionalizante do Ministério da Educação, por meio de articulação da Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, outros programas que estão se destacando como o Programa Nacional de acesso ao Ensino Médio e Emprego – PRONATEC e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, é uma política pública de educação do campo, instituída pelo Decreto n. 7.352 de 04 de novembro de 2010, com o objetivo de desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O papel da educação profissional, além de garantir emprego para jovens de baixa renda, pressupõem um conhecimento formal técnico qualificado, que exige ações compatíveis com a prática tanto dos que recebem quanto dos que oferecem o conhecimento.

As ofertas de um ensino profissionalizante tem sido ampliados por parte do governo federal para os colégios técnicos, e é preciso que a juventude acesse e acredite nas próprias potencialidades para realizar os seus sonhos.

Esperamos que o resultado destas políticas públicas no âmbito da educação e do trabalho venha ao encontro dos anseios daqueles que foram excluídos e hoje buscam ser incluídos naquilo que lhes foi negado.

1.3 Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: O que é e a que veio.

No universo educacional brasileiro o PROEJA engendra-se a partir de experiências constituídas, no âmbito das organizações da sociedade civil (QUERUBIN, 2005) que ao longo dos anos de 1990, buscaram aproximar escolarização e profissionalização no atendimento a trabalhadores desempregados, subempregados ou com necessidade de reinserção laboral.

Na perspectiva do Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o PROEJA constituiu-se no marco de uma política pública que se coloca na contramão das experiências históricas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil marcadas por descontinuidade temporal, pela assistemática em termos de destinação de recursos e pela fragmentação em relação à oferta nos diferentes níveis educacionais (MOLL, 2004).

O PROEJA, propõe o diálogo com as demandas sociais imediatas que necessitam de escolarização básica e profissionalização, visando à educação ao longo da vida. Portanto, pensa-se no PROEJA como política educacional, que se coloca entre outras políticas públicas que buscam constituir elementos na direção da própria reinvenção do Brasil como um país para todos.

O estudante que concluir com aproveitamento satisfatório o curso Técnico em nível médio no âmbito da Educação de Jovens e Adultos fará jus à obtenção de diploma com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área, quanto para certificação de conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Com o crescimento social, e mudanças econômicas e o avanço tecnológico, as pessoas passaram a procurar a escola, na tentativa de adquirir conhecimentos e por meio deles, conseguir um emprego, melhorar o seu padrão de vida, manter-se atualizado ou continuar os estudos no ensino superior.

Proposto pelo Decreto n. 5.478/2005, o PROEJA entra, de fato no cenário educacional brasileiro nos processos de participação de atores sociais representativos dos sistemas públicos de ensino, em dinâmicas que se iniciam em outubro de 2005 e que envolvem produção conceitual, analítica e propositiva, revisão de marco jurídico, financiamento para sua implantação, processos investigativos e formação de professores.

Nesse contexto, em janeiro de 2006, o primeiro documento de referência do PROEJA, que trata especificamente de suas possibilidades no ensino médio, é levado à consulta pública. Escrito por representantes dos Conselhos da Rede Federal de Escolas Profissionais e Técnicas

(CONEAF, CONCEFET, CONDETUF) do Fórum Nacional da EJA, das Universidades Públicas e das diferentes Secretarias do MEC (SETEC, SEB, SECAD), esse documento, constitui um conjunto de reflexões históricas, políticas, culturais, pedagógicas e curriculares acerca da educação básica no Brasil e, especificamente, do ensino médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica como campus a serem aproximados, na perspectiva do “inédito viável” freireano representado pelo PROEJA.

Em relação ao investimento, cerca de vinte e dois milhões de reais foram destinados no ano de 2006, assegurando condições para a sua implantação na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), além de recursos destinados aos sistemas públicos de ensino.

No mesmo ano o PROEJA ganha novo corpo jurídico através do Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006, garantindo, entre outras medidas a ampliação de seu espectro de atuação da educação média para a educação básica, da rede federal para os sistemas públicos de ensino e do sistema “S”. Além disso, admite a possibilidade de sua oferta na forma concomitante, considerando-se (conforme o Decreto n. 5.154/04) as oportunidades educacionais das diferentes realidades do país e a manutenção dos princípios da educação integral. Portanto, ao longo do ano 2006, passa a ser uma possibilidade real de política pública permanente e afirmativa dos seguintes princípios:

Universalização da educação básica articulada com a educação profissional e tecnológica para jovens e adultos do ensino fundamental e médio;

Priorização do atendimento de homens e mulheres trabalhadores/as na perspectiva de sua formação humana qualificada e inserção ou reinserção do mundo social e laboral;

Indissociabilidade entre a formação geral e a formação profissional, como princípio inalienável, condição *sine qua non* para contração de processos de inclusão emancipatória, considerando, como tais processos que permitem ou desencadeiam “a conversão” de súditos e cidadãos (BOBBIO, 1992).

Assim, fala-se de PROEJA na perspectiva da construção de uma política pública que dialoguem com as demandas imediatas de escolarização básica e profissionalização e com as demandas permanentes de uma educação ao longo da vida. Portanto pensa-se o PROEJA como política educacional que si coloca entre outras políticas que buscam constituir elementos para elevar a escolarização e qualificação à população ora excluída da escola, e busca também sua integração social para ingressar no mundo do trabalho através de cursos profissionalizantes.

Portanto, como dizia Saramago (1995), no seu belo Ensaio sobre a cegueira, “mais do

que ver é preciso olhar, e mais do que olhar é preciso reparar”. Se não formos capazes de reparar neles, de ouvi-los, de admirá-los, de surpreender com este alunado é possível que, mais uma vez, eles entrem e saiam de nossas escolas, como já fizeram outras vezes, sem “concluir” aprendizados e grau de ensino.

A complexidade destes desafios transcende em muitos, a boa vontade de professores e gestores, que, muitas vezes, querem nos fazer crer que tudo é atribuído aos indivíduos. Compreendemos que o desejo, o saber, a disposição de cada um dos sujeitos de uma história cotidiana têm implicações para o sucesso ou não de uma política desta magnitude. No entanto, compreendemos que o desafio maior é o da coletividade (re) significamos a instituição escolar e as práticas cotidianas, como locus de possibilidade deste fato novo na educação brasileira para fazer acontecer o PROEJA. Este programa tem uma proposta constituída de ações complexas que se efetiva a partir da participação social e de níveis de governo neste projeto que busca a inclusão dos desiguais, tendo como grande desafio, não apenas preparar esse alunado para inseri-lo no mercado de trabalho, mas, também construir a sua formação como cidadão.

Não devemos medir esforços na luta para transformar esse programa em uma política pública. É imperativo que essa vontade extrapole os limites da individualidade imposta por cada governo, visando a uma política educacional perene nessa área, que tenha como ideal a justiça e a igualdade; para que não venha acontecer a exclusão desses jovens adultos, contribuindo para aumentar a dívida social que o nosso país tem com esses coletivos, que tiveram, ao longo do tempo, negado o acesso ou a permanência na educação escolar.

CAPÍTULO 2 - PERCORRENDO AS TRILHAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresenta-se a trajetória metodológica que guiou os passos nas trilhas traçadas e percorridas durante o percurso da investigação, possibilitando o alcance dos objetivos delineados para esse estudo. A pesquisa qualitativa do tipo descritiva, nossa opção metodológica, foi apreendida com a orientação de autores como: Bogdan/Biklen (1994); Minayo (1995); Oliveira (2007), dentre outros estudiosos, da pesquisa qualitativa e descritiva em educação. O cenário da investigação partiu da caracterização a ele conferida e ganhou sentido com os dados coletados por meio do questionário, entrevista semiestruturada e grupo focal, discutidas com base nas ideias de Bogdan (1994); Cervo e Bervian (2002), Debus (1997) e Barbour (2009). Em seguida são apresentadas as etapas de construção das categorias e suas unidades de análises e a interpretação dos dados, a luz de Bardin (2009); Oliveira (2007); Orlandi (2001; 2003); Yñiguez (2004), dentre outros estudiosos de análise de estudo.

2.1 Caracterizando a investigação: tipo da pesquisa

Com o propósito de atingir nosso objeto de estudo: a formação técnica profissionalizante dos egressos do curso técnico em Vigilância em Saúde na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com vistas à autovalorização, no campo metodológico fizemos opção pela pesquisa qualitativa. A respeito desse tipo de pesquisa Godoy (1995) contribui esclarecendo que: na pesquisa qualitativa é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Para o mesmo autor os métodos qualitativos são considerados como sendo aqueles que partem de modelos não tradicionais, isto é, não baseado em análises estatísticas de dados coletados sob condições experimentais permitindo ao pesquisador estar próximo dos dados, descrevendo-os de outra forma.

A investigação qualitativa trabalha com valores, hábitos, atitudes, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos, processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. Assim essa abordagem é empregada para a compreensão de fenômenos caracterizada por alto grau de complexidade interna.

O pesquisador ao optar pela abordagem qualitativa examina a realidade de forma criteriosa partindo do pressuposto de que nada é trivial, que tudo tem potencial para indicar uma compreensão, mas clara do seu objeto de investigação (BOGDAN/BIKLEN, 1994).

Desta forma a pesquisa qualitativa identifica-se com nosso objeto de estudo uma vez que propomos investigar a autovalorização dos egressos com formação técnica integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA.

Segundo Minayo (1995, p. 24), a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas sim em “compreender e explicar a dinâmica nas relações sociais que, por sua vez, são depositários de crenças, valores e hábitos, o que corresponde a um espaço, mais profundo das relações dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é indicada quando se pretende focalizar aspectos relacionados com as questões sociais, com a finalidade de discutir significados de um determinado contexto social. Em nosso entendimento é uma abordagem que busca atingir assuntos discursivos e significantes de um fenômeno na perspectiva de um determinado grupo, através de um processo alinhado de investigação, ordenação e análise interpretativa e crítica de dados.

Segundo Oliveira (2010, p. 60). “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos de realidades”. Buscando, assim, informação precisa para se explicar a propriedade, os significados e as características dos contextos encontrados no objeto de pesquisa.

Este estudo utilizou o grupo focal como técnica de pesquisa qualitativa, visto que, em seu caráter subjetivo de investigação é utilizado como estratégia metodológica qualitativa, como propõe Debus (1997), considerando que a pesquisa qualitativa caracteriza-se por buscar resposta acerca do que as pessoas pensam e de suas percepções sobre a problemática investigada.

Optamos pela pesquisa descritiva porque permite “analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada” (OLIVEIRA, 2007, p.68). Então, descrever é narrar os acontecimentos observados durante o estudo e interpretá-lo.

2.2 Instrumento de coleta de dados enquanto processos de construção da informação

A coleta de informações é uma fase importante da pesquisa, pois por meio dela obtêm-se dados indispensáveis para ser analisados e interpretados à luz da fundamentação teórica

que deu sustentação ao estudo e, finalmente encontram-se os resultados respondendo satisfatoriamente a questão norteadora do estudo.

Neste trabalho de investigação adotamos como instrumento de técnicas de produção de dados o questionário; a entrevista semiestruturada, utilizando-se, também, o método do grupo focal. O questionário possibilita medir com melhor precisão o que se deseja, além de ter como vantagem colher informações mais reais (CERVO e BERVIAN, 2002).

Para efeito desse estudo o questionário teve como função básica coletar informação para construção do perfil dos interlocutores da pesquisa, sistematizando informações relacionadas às características sociais, bem como as interferências do curso para a autovalorização dos egressos do curso Técnico em Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, do Colégio Técnico de Floriano (CTF/UFPI), com vistas, a conquista da cidadania.

Nesse caso, no questionário aplicado, as perguntas englobaram os seguintes aspectos: dados socioeconômicos, trajetória familiar e escolar, conquistas, avaliação pessoal sobre o curso (APÊNCICE A), possibilitando ao pesquisado a liberdade para formular suas respostas, levando a uma maior precisão dos dados.

A obtenção das informações pelo uso do questionário ocorreu no Colégio Técnico de Floriano em reunião com os egressos, previamente acordado com o Diretor. Durante a reunião buscamos nos distanciar, a fim de garantir a validade e a confiabilidade das informações, buscando atender os objetivos da pesquisa. O questionário foi entregue e visava manter a confiabilidade das informações. Solicitamos aos interlocutores que respondessem de maneira espontânea e com base em suas concepções e realidades vivenciadas.

O maior obstáculo concentrou-se na dificuldade que tiveram em responder as questões subjetivas do questionário, a maioria solicitou um tempo maior justificando que precisava pensar mais. No mesmo dia recebi onze (11) questionários preenchidos e no outro dia recebi os cinco (05) restantes.

Para colher informações relacionadas às conquistas resultantes da formação técnica profissionalizante no campo pessoal e profissional, o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, aplicada no grupo focal pré-selecionado, tendo como referência básica um roteiro (ANEXO B) previamente elaborado. A entrevista resultante da discussão no grupo focal, foi gravada com equipamentos MP4 de 4 GB de memória e transcrita pela própria pesquisadora.

Segundo Bogdan; Biklen (1994, p. 134) “[...] a entrevista [...] é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver

interinamente uma ideia sobre a maneira dos sujeitos interpretarem o mundo”.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados qualitativos, que se dá por meio de entrevistas grupais, apropriadas para estudos que buscam entender atitudes, preferências, necessidades e sentimentos. Consiste em buscar informações não de um indivíduo, mas de um grupo já existente, ou formado especificamente para um período determinado a coleta de dados, que se reúne em torno de interesses relacionados ao tema da investigação. O foco não se encontra na análise dos conteúdos manifestos nos grupos, mas sim no discurso que permite inferir o sentimento oculto as representações ideológicas, os valores e os afetos vinculados ao tema investigado (LEOPARDI *ET AL*, 2001).

Pichon-Riviere (1998, p. 234) define grupo como o “conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo, espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe de uma forma explicada ou implica uma tarefa que constitui sua finalidade”. A seleção dos participantes do grupo é um momento relevante para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa com grupos focais trabalha com a participação de sujeitos. Por isso, o cuidado como pesquisador e participante, em não direcionar a análise apenas em relação a nossos interesses. Mas isso não impede que o nível de detalhamento necessário para o estabelecimento da codificação de categorias dado pelo pesquisador esteja relacionado aos seus propósitos (BARBOUR, 2009). Portanto a clareza das análises e a consistência dos dados devem conferir destaque a uma abordagem sistemática do processo de análise.

O número de encontros varia de acordo com a complexidade da temática e com interesse da pesquisa. Debus (1997), sugere organizar ao menos duas sessões para cada variável considerada importante para o tema pesquisado, não existe, portanto padrão para o número de sessões do Grupo Focal, dependendo, sobretudo, dos objetivos traçados pelo pesquisador.

Em conformidade com as ideias de Debus (1967), Ressel, Gualda e Gonzales (2002) e Meier e Kudiowez (2003), teve-se o cuidado especial quanto à escolha do local e ambientação para os encontros. Segundo os autores supramencionados, preferencialmente o local deve ser neutro, de fácil acesso, fora do ambiente de trabalho, e/ou convívio dos participantes.

O guia de temas é de extrema importância para uma investigação que consolida dado através de Grupos Focais. Esse deve constar de uma lista de temas e questões qualitativas abrangentes, que favoreçam a discussão, servindo de roteiro para o moderador, facilitando a condução do trabalho grupal ao encontro dos objetivos da pesquisa. Além do pesquisador deve-se contar com um moderador experiente, que segundo Debus (1997), pelo fato de ser

experiente adapta-se facilmente ao estilo dos participantes, aos objetivos da investigação e às necessidades do grupo. O observador deve cultivar atenção; auxiliar o moderador na condução do grupo; tomar nota das principais impressões verbais e não verbais e estar atento à aparelhagem audiovisual. Juntos coordenador e observador traçam estratégias para as próximas reuniões do grupo focal.

Partindo desses pressupostos reunimos os interlocutores do estudo escolhidos, previamente, para compor o grupo focal com base em critérios já mencionados e após discussão sobre tópicos específicos e diretivos relacionadas com o objeto de estudo e as informações a cerca de procedimentos do pesquisador e pesquisados aplicamos a entrevista seguindo um roteiro e o grupo foi motivado a emitir suas opiniões.

Ressalte-se que tivemos o cuidado de seguir as regras descritas pelos autores que deram sustentação metodológica ao estudo principalmente aos estudiosos de grupo focal. Lembrando que foram realizados dois encontros com duração de duas horas cada, finalizando com uma rodada de comentários, consolidando a produção dos dados.

2.3 Cenário da investigação

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Piauí, Campus Amílcar Ferreira Sobral, tendo como foco específico o Colégio Técnico de Floriano ao qual o Curso Técnico em Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio está vinculado na modalidade EJA. Nesse estudo o foco de investigação é a primeira turma que teve a formação concluída no segundo período de 2011.

O Colégio Técnico de Floriano (CTF) situado na microrregião Sudoeste piauiense foi fundado em 19 de março de 1979 de acordo com a Resolução de 01/79 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Floriano por sua localização privilegiada segue sua vocação histórica de ser uma cidade de atuação populacional dessa região no que se refere às áreas de educação, comércio e saúde.

O CTF com mais de trinta (30) anos de estável funcionamento, atua na educação profissional, cumprindo importante função social, atendendo a grande demanda de diversos municípios pertencentes a microrregião de Floriano, bem como de outros municípios pertencentes a outras regiões do estado do Piauí e do estado do Maranhão.

A clientela é formada, em sua grande maioria, por alunos oriundos de classes menos favorecidas, a procura é bem maior que a oferta de vagas oferecidas, gerando uma demanda reprimida considerável, ficando hum mil e duzentos (1.200) alunos excedentes.

Atualmente o CTF oferece os cursos técnicos em: Agropecuária, Enfermagem, Informática e Vigilância em Saúde (PROEJA). Além do Ensino Médio concomitante com Agropecuária – EMTA; Ensino Médio concomitante com Enfermagem – EMTE; Ensino Médio concomitante com Informática – EMTI e o Ensino Médio Integrado com o Técnico de Vigilância em Saúde.

A infraestrutura da escola permite desenvolver todas essas capacidades técnicas, pois disponibiliza de várias salas de aula, são dezoito (18) no total, todas climatizadas; quatro (04) laboratórios (Informática, Solos, Enfermagem e Microbiologia); um (01) auditório com cento e cinquenta (150) cadeiras; uma (01) biblioteca setorial; cinco (05) salas de coordenação; uma (01) sala de professores; um (01) refeitório; e sistema de informação com vinte (20) microcomputadores ligados em rede e com acesso à internet (Wireless e cabo).

Disponibiliza transporte escolar gratuito aos estudantes com uma frota composta por dois (02) ônibus, cada um com capacidade para transportar quarenta (40) pessoas sentadas. Conta ainda com um Micro-ônibus com capacidade para vinte (20) pessoas, facilitando assim o deslocamento desse alunado. A escola também dispõe de um alojamento masculino com capacidade para alojar oitenta (80) estudantes em sistema de internato. São alunos que residem em outras cidades do Estado do Piauí e em outros estados.

O CTF apresenta um corpo docente qualificado composto por quarenta e dois (42) professores efetivos: dois (02) doutores, dezenove (19) mestres e vinte e um (21) especialistas, vinte e um (21) servidores administrativos e vinte e um (21) bolsistas.

Hoje quando se vislumbram novas perspectivas educacionais para a Micro Região de Floriano considerando-se sua área de abrangência, o Colégio Técnico com a ampliação de áreas profissionalizantes com potencial para atender a “[...] grande demanda detectada - em pesquisa de mercado - tendo um papel preponderante no resgate da formação natural dessa cidade que, afinal, começou em função de uma escola, inserida numa colônia agrícola” (MOURA, 2011, p.237-238).

Para se entender o contexto da atuação dessa pesquisa, é preciso mencionar alguns aspectos do curso Técnico de Vigilância em Saúde, que tem como objetivo formar técnicos capazes de identificar problemas na comunidade, de tomar decisões junto a equipe multiprofissional (Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental). Nesse sentido, necessita de uma formação que lhes permita o conhecimento da clientela de forma integral, atendendo suas necessidades básicas em nível primário, secundário e terciário, através de cuidados humanizados e da qualidade na promoção, prevenção, recuperação e a reabilitação, refletindo positivamente na qualidade de vida da comunidade assistida.

Outro aspecto é a carência desse recurso humano na região, pois o Técnico de Vigilância em Saúde é considerado um profissional estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) e a crescente responsabilidade dos municípios em gerenciar as ações básicas de “Vigilância em Saúde”, conforme o pacto de gestão (Brasil 2006), vem indicando ao Sistema de Saúde a necessidade da formação de recursos humanos nessa área técnica.

Desse modo, a Vigilância em Saúde ocupa-se de áreas capazes de prevenir, diminuir ou eliminar riscos para a saúde. Atua sobre os problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de mercadorias de prestação de serviços do ambiente de trabalho e das intervenções sobre o meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população em geral, assim como das suas condições de reprodução e de existência.

Os egressos fizeram o curso profissionalizante integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA no CTF, tiveram contato com as diversas ciências e, em alguns casos provavelmente, o último contato formal com elas (Estamos falando daqueles que não pretendem dar continuidade aos estudos).

Nesse período de estudo foi contemplado não só o corpo de conhecimentos constituintes do ensino Médio e do Profissionalizante, mas também, os conhecimentos histórico fisiológico, objetivando o entendimento do saber-fazer científico com seus erros e acertos. Cremos que uma Formação Profissional em saúde deve privilegiar situações de diálogo com outros saberes sem hierarquizações ou deméritos.

O Curso Técnico de Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, foi organizado em seis (06) módulos, com duração de três anos, perfazendo uma carga horária de 2.800 horas. Dessas, 1200 horas teórico-prática, 400 horas de estágio supervisionado e 1200 horas relativas ao ensino médio. O estudante que cursou os seis (06) módulos concluiu o Técnico em Vigilância em Saúde desde que tenha concluído o Ensino Médio integrado durante os três anos conforme matrizes curriculares (ANEXO A e B).

O curso primou pela valorização do conhecimento e do saber do estudante. empreendendo esforços e cuidados para que os conteúdos das disciplinas atendessem as especificidades do modo de viver e de pensar dos alunos, sem descaracterizá-las.

Nesse sentido, a EJA, tem se voltado para o atendimento ao cidadão em suas necessidades de aprendizagem, aliada à preparação para o mundo do trabalho, oportunizando, além do crescimento pessoal, ascender nos estudos alcançando formação acadêmica e, a partir desses, encontrar caminhos que levem a mudanças na vida, conquistando ascensão pessoal e profissional.

2.4 Interlocutores da investigação: perfil e contribuição

Os interlocutores da pesquisa foram dezesseis (16) egressos da primeira turma do Curso Técnico em Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, do Colégio Técnico de Floriano, vinculado à Universidade Federal do Piauí. Definiu-se como critérios de inclusão: ter concluído o Curso Técnico em Vigilância em Saúde, aderir voluntariamente à pesquisa, ter disponibilidade para participar da produção de dados e afinidade com o objeto investigado atendendo ao “princípio da representatividade do grupo” (MACEDO, 2006, p. 116).

É bom frisar que, para consolidar os dados, visando maior fidedignidade ao estudo, dentre os egressos, foram selecionados seis (06), constituindo o grupo focal. Para definir o grupo elegemos como critério a seguinte amostra: dois egressos que conseguiram ser aprovados no vestibular para o Campus de Floriano. Dois que conseguiram emprego fixo após conclusão do curso e dois que estão no mercado informal.

Apresentamos a seguir, os interlocutores do estudo para que o leitor possa conhecê-los melhor, lembrando que os nomes são fictícios objetivando preservar a identidade do grupo.

Flor de Lis, 30 anos, natural da Cidade de Floriano é casada e mãe de três filhos. Trabalha como auxiliar de administração em uma empresa privada com uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Passou no vestibular, em 2012, para o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. Campus Amílcar Ferreira Sobral. Floriano Piauí.

Hortência, 44 anos, natural da Cidade de Nazaré do Piauí, residindo na localidade Boqueirão a 30 quilômetros de Floriano é casada e mãe de três filhos. Trabalha no mercado informal com renda mensal de até cinco salários mínimos por mês.

Jasmim, 32 anos, natural na Cidade de Barão de Grajaú localizada no Estado do Maranhão é casada mãe de dois filhos. Trabalha como vendedora em uma livraria, há cinco anos, com uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Atualmente é estudante do Curso Técnico em Enfermagem no Colégio Técnico de Floriano.

Rosa, 30 anos, natural da Cidade de Floriano é casada e mãe de três filhos. Trabalha como auxiliar de serviços gerais, nos turnos manhã e tarde, em uma empresa privada, nas horas de folga trabalha como sacoleira vendendo confecção.

Margarida, 33 anos, natural da Cidade de Floriano é casada e mãe de três filhos. Trabalha em uma empresa terceirizada que presta serviço para a Universidade Federal do Piauí no restaurante universitário do Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano Piauí com uma jornada de trabalho de oito horas diárias. Efetivou-se no emprego após conclusão do curso técnico em vigilância em saúde. Passou no vestibular, em 2012, para o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, Campus Amílcar Ferreira Sobral, Floriano Piauí, perdeu a matrícula por problema de saúde na família.

Dália, 52 anos, natural da Cidade de Nazaré do Piauí, residindo na localidade Boqueirão há 30 Quilômetro de Floriano é casada e mãe de cinco filhos. É do lar e para aumentar a renda familiar trabalha como diarista.

Antes de iniciar a pesquisa os interlocutores foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nos termos da Resolução nº. 196/96, de 10 de Outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000 e 340/2004).

Com uma proposta de mudanças de paradigma pedagógica, com alicerces nos princípios de Paulo Freire, o PROEJA/UFPI – Floriano possibilitou a inclusão social de pessoas jovens e adultas, atuantes ou não no mercado de trabalho. Isto posto, verifica-se que escola representa para os jovens e adultos, um espaço que possibilita o acesso livre para ir e vir, onde é possível encontrar amigos, ter uma convivência social, ampliar seus horizontes com relação ao seu cotidiano familiar e profissional.

Sendo assim, não podemos prescindir do perfil desses egressos. Acredita-se que as mudanças de paradigmas ocorram na escola pública desencadeada por práticas pedagógicas, originadas dos desafios enfrentados pelos profissionais que atuam com esse público, como ações viabilizadoras do aprendizado significativo e relevante ao desenvolvimento profissional, social, cultural e pessoal desses egressos.

Nessa perspectiva, tendo como objetivo traçar o perfil dos egressos do PROEJA/UFPI – Floriano/2011, o questionário foi aplicado a fim de detectar suas expectativas e aspirações durante e após a conclusão do Curso Técnico de Vigilância em Saúde. Após tabulados, os dados coletados permitiram fazer o desenho do perfil sócio demográfico dos egressos. Entre os dezesseis (16) interlocutores que responderam ao questionário, (81,25%) são do sexo feminino e os outros (18,75%) do sexo masculino.

Os resultados mostram que os egressos em idade adulta, mais jovem, entre 20 e 40

anos, do PROEJA (UFPI- Florianópolis) são do sexo masculino e os com mais idade, ou seja, acima de 45 anos são do sexo feminino. Porém no total das respostas, a maioria dos egressos enquadra-se nas faixas etárias entre 40 e 50 anos e, acima de 50 anos.

Com naturalidade em Florianópolis (37,5%) dos entrevistados são florianenses, os demais são migrantes de outras cidades do Piauí representando (37,75%), dentre esses, (18,75%) são do vizinho Estado do Maranhão e (6,25%), do Estado do Pará, ambos, com predominância do sexo feminino. Fato que explica a grande procura de oportunidades seja, por emprego ou por estudos, de pessoas do sexo feminino, haja vista que, no contexto atual a mulher tem uma participação ativa no sustento da família. Essa migração de estudantes de outros estados para Florianópolis se justifica pelo fato de a cidade oferecer oportunidade de estudo, por ser um polo educacional, e oportunidade de emprego no comércio de atacado, varejo e lojaista.

Quanto ao estado civil dos egressos (81,25%), são casados (as), observando-se que a maioria é do sexo feminino. Do sexo masculino são apenas três: 01 casado, 01 solteiro e 01 divorciado. Esse resultado mostra que as mulheres motivadas pela oportunidade de permanecer ou entrar no mercado de trabalho, retornam à sala de aula na perspectiva de adquirir conhecimentos que possibilite conseguir um emprego aumentando a renda familiar, visto que na maioria dos casos são provedoras das despesas da família.

Outra razão esta contida no fato de algumas dessas mulheres visarem o crescimento intelectual como forma de compensar o tempo que deixaram de frequentar a escola, por falta de oportunidade ou, por outras motivações sociais, que tenham sido negadas em suas trajetórias de vida. Situação semelhante percebida no universo feminino em todo o nosso estado e até mesmo no país. Esse aumento da participação feminina é explicado também por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda da taxa de fecundidade proporcionou um aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho no mercado.

Em relação à prole dos entrevistados, 04 declararam não ter nenhum filho, sendo 02 do sexo masculino e 02 do sexo feminino. Dos que declararam ter 03 ou mais filhos, aparecem 08 do sexo feminino, e somente 01 do sexo masculino. Com esse resultado foi possível constatar que (12,5%), dos egressos, de ambos os sexos, entrevistados não têm filhos e a maior faixa etária de prole declarada ficou entre 03 e cinco 05 filhos, totalizando (81,25%).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2004), é constatado pelos indicadores sociais que mostram que o aumento da escolaridade feminina guarda estreita relação com as reduções nas taxas de fecundidade das mulheres brasileiras. A

probabilidade de uma mulher com oito anos ou mais de estudo, com dois filhos, vir a ter o terceiro era de pouco mais de 50%, ao passo que a mesma probabilidade associada a uma mulher com até três anos de estudo era de 90%.

No que se refere ao campo de trabalho, a maioria dos egressos do PROEJA UFPI/Floriano, são trabalhadores vinculados ao mercado formal ou informal. Dos (18,75%), entrevistados, entre os 03 do sexo masculino, 01 é efetivado em empresa pública, 01 em empresa privada e, 01 não trabalha.

Dos 13 interlocutores do sexo feminino, 03 trabalham em empresas privadas, 07 em empresas públicas, 01 é autônoma e 02 não trabalham. Isso significa dizer que uma significativa parte dessas estudantes, hoje egressas, após um dia cansativo de trabalho nas diversas ocupações que o mercado lhe oferece, somando-se a dura jornada de trabalho estendida às suas casas enfrentavam horas na escola, no período noturno, com o objetivo de concluir o ensino médio, dar continuidade aos estudos chegando mais além, conseguir uma vaga no terceiro grau.

Nesse contexto, dentre as estudantes da época, entrevistadas duas correspondente a (12,5%), não trabalham, o que pode ser explicado pela dedicação exclusiva ao lar, tomando conta dos filhos, de pais idosos e doentes na família.

Acredita-se ser esse perfil semelhante ao de outros egressos do PROEJA, deste vasto território nacional, divergindo apenas nas condições estruturais e de recursos humanos. Nas escolas que oferecem cursos técnicos profissionalizantes, vinculadas à Universidade Federal do Piauí, busca-se integrar, além dos conteúdos do Ensino Médio e do Ensino Técnico, a momentos de socialização visando o aprendizado com qualidade, o que na maioria dos casos não é padrão nacional.

Esses resultados foram consubstanciados pela contribuição peculiar de pessoas jovens e adultas que dependem do mercado de trabalho. Mesmo que já tenham ingressado, ou sejam, apenas candidato a uma vaga, necessitam de escolaridade para permanecer num universo tão competitivo. Sujeitos que por exigência de uma sociedade capitalista, mesmo com idade avançada, retornam para a escola em busca de novos saberes, aperfeiçoamento de conhecimentos já adquiridos durante a trajetória de vida.

No que se refere à moradia 04 (25%), possuem casa própria, enquanto 09 (56,25%), moram em casa alugada e apenas 03 (18,75%) moram com os pais. Constatou-se que a maioria dos egressos não possui casa própria, moram de aluguel ou com os pais. Alguns residem no município vizinho (Barão de Grajaú) no estado do Maranhão, devido o valor de aluguel ter um preço mais acessível do que na cidade de Floriano. Isso se deve à situação

financeira que ainda não lhe permitiu comprar ou custear as despesas com moradia, fato comum, constatada em todos os estados brasileiros, principalmente nas metrópoles.

A somatória da renda familiar de (43,75%), dos egressos entrevistados equivale a um salário mínimo, recebido por 6,25% do sexo masculino e 37,5% do sexo feminino, a outra parte equivalente a 56,25% dos que têm renda na faixa de até cinco (05) salários mínimos; 12,5% é do sexo masculino e 18,75% é do sexo feminino. Constatou-se que a remuneração da maioria dos egressos é equivalente a um salário mínimo e da maioria que recebe salários até cinco (05) mínimos, quem leva vantagem é o sexo feminino.

Isso contraria a lógica de mercado de trabalho, onde nacionalmente os melhores salários são destinados ao sexo masculino. Nenhuma renda além de cinco (05) salários mínimos foi declarada, nem mesmo entre o profissional autônomo, quando se sabe que dependendo da atividade, possibilita o faturamento de uma renda maior.

Nesse caso específico, essa constatação nos levou a associar que retornaram à escola não só para conclusão do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, mas também visando a possibilidade de chegar ao terceiro grau, conquistar um melhor salário, ser inserido no mercado de trabalho, buscando assim reconhecimento social, elevando a autoestima e conquista da cidadania.

Na conversação voltada para a trajetória escolar dos egressos, os que não tiveram matrícula regularmente, no estabelecimento de ensino pelo período de até três anos, 04 (31,25%) são do sexo feminino, 01 (6,25%), do sexo masculino. Os que estavam afastados da escola por 03 anos ou mais, 08 (56,25%) são do sexo feminino e 01 (6,25%), do sexo masculino. Esse dado é justificado devido a maioria dos egressos, que retornaram a escola, concluíram o curso e participaram dessa investigação, ser do sexo feminino.

Então, as motivações para o abandono da escola vão desde a necessidade de cuidar dos filhos, a trabalhar para ajudar no sustento da família. Hoje, o papel de provedor, não é atribuição somente do homem, mas é acrescida de outras, como: dificuldade de deslocamento até a escola, falta de incentivo familiar, repetências, baixa qualidade do ensino, despreparo dos profissionais da educação (muitos sem habilitação ao magistério) ou outras circunstâncias pessoais. Portanto, muitos são os motivos que levam uma pessoa interromper sua trajetória escolar, que se enumeradas são semelhantes, ou iguais em todo território nacional.

Ao investigar os motivos que levam ao abandono da escola Haddad (1982, p. 165) complementa:

[...] os fatores que levam ao abandono da escola estão ligados tanto à baixas condições de vida dessas populações que, por motivo de renda, trabalho, saúde ou imigração são obrigados a uma inconstância permanente na escola, quanto aos fatores ligados ao precário serviço educacional que é oferecido a essas populações.

Dos egressos que iniciaram e/ou concluíram o ensino fundamental (87,5%), estudaram em escola pública e apenas (12,5%), em escola privada. Verificou-se que, são em sua maioria oriundos de famílias menos favorecidas financeiramente. Somente uma pequena parcela desses sujeitos tiveram condições para frequentar uma escola privada, a qual requer um investimento elevado e inviável para qualquer assalariado com baixa renda.

Ressalte-se que a maioria desses egressos foram escolarizados depois de adultos e trazem consigo marcas da exclusão escolar na idade apropriada, visto que uma parcela significativa desses egressos entrou na escola, pela primeira vez, com idade superior a seis (06) anos.

Em relação a escolaridade dos progenitores dos egressos entrevistados (as) detectou-se que, 10 (62,5%) das mães, não concluíram o Ensino Fundamental. Verificou-se, também, que apenas 06 (37,5%), concluíram o Ensino Fundamental e 04 (25%), o Ensino médio. Contudo, nenhuma mãe chegou a cursar o Ensino Superior.

Quanto ao grau de escolaridade dos pais, 11 (68,75%), não concluíram o ensino fundamental, mas frequentaram a escola na idade apropriada durante um determinado tempo de suas vidas. 03 (18,75%), concluíram o Ensino Fundamental, apenas 01 (6,25%), concluiu o Ensino Médio e 01(6,25%) não frequentou a escola.

Tomando como base o exposto, percebe-se que as mães mesmo com a dupla jornada de trabalho frequentaram a escola em certos momentos de sua vida, mostrando o espírito de luta da mulher, sempre zelosa, buscando por meio da educação, melhor qualidade de vida para toda a família. Em suma vislumbrando um futuro melhor. O quadro dos progenitores dos egresso se identificam com a maioria dos excluídos da escola, embora em tempos e circunstâncias diferentes.

Focando nos principais motivos que levaram os egressos a retornarem à escola aparece como a principal causa citada a exigência do mercado de trabalho. Considerando-se que (37,5%), esperam conquistar uma vaga no mercado de trabalho. Dentre esses, (25%) são do sexo feminino e (12,5%) do sexo masculino. Esse resultado confirma mais uma vez, que as mulheres estão se libertando da condição a elas atribuídas durante muitos anos apenas de progenitoras da família e de dependência do pai ou do esposo.

Continuando a análise dos motivos de retorno à escola, (12,5%) do sexo feminino,

admite que retornou aos estudos pela necessidade sentida, de acompanhar e ajudar os filhos nas atividades escolares. (31,25%), esperam adquirir conhecimentos para conseguir chegar ao terceiro grau e tornaram-se atuantes em suas comunidades esociedades, sendo (25%) do sexo feminino e (6,25%), do sexo masculino.

Nesse sentido, considera-se que a exigência do mercado de trabalho se constituiu no principal motivo para retornar aos estudos, gerando expectativas nos egressos de ambos os sexos, pois, a entrada para esse mercado aliado à melhoria na remuneração via de qualificação técnica foi bastante significativa, principalmente nos egressos do sexo feminino.

Contudo, todos desejam adquirir conhecimentos e conquistas em seu espaço social, tornando-se sujeitos ativos em suas comunidades, resgatando as suas cidadanias. Visto que, a escola representa muito mais que isso “[...]. Ela é na verdade, um grande espaço social de convivência daqueles que são sistematicamente desumanizados pelo trabalho, pelo isolamento e por suas condições de existência” (HADDAD, 1995, p.166).

No tocante à avaliação do Curso de Vigilância em Saúde, integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA, oferecido no CTF/UFPI/Floriano, o item insatisfação não contabilizou nenhuma resposta. (6,25%) dos egressos do sexo feminino avaliaram o curso como regular e dos (37,5%) que atribuíram ao o curso o conceito bom (31,5%), eram do sexo masculino. Nas (56,25%) das respostas assinaladas como ótimo (43,75%) foram atribuídas pelos egressos do sexo masculino e (12,50%) pelo sexo feminino.

Pode-se, desse modo, aferir que ocorreu um grau maior de satisfação, por parte dos egressos do sexo masculino, em comparação com as respostas do sexo feminino. No entanto, o resultado foi considerado positivo e pode ser aferido ao acolhimento que os egressos receberam, iniciando no ato da matrícula, perdurando durante os três anos de curso. Essa acolhida se deu por parte do corpo docente e pelos demais servidores da Instituição de Ensino, sem falar na dedicação, no compromisso e o no nível de intelectualidade da equipe de professores do CTF, que atuaram no PROEJA.

Verificando a percepção dos egressos sobre as estratégias metodológicas utilizadas como ferramentas de ensino e aprendizagem e/ou os recursos didáticos, utilizados pelos professores foram considerados pelos estudantes como a melhor forma para o aprendizado e (12,5%) dos egressos indicaram respostas positivas às aulas ministradas, tendo como recursos multimídias (data show, vídeo som, informática). Isso revela aceitação aos novos recursos tecnológicos e a pesquisa, apesar de muitos estudantes contabilizarem um longo tempo de afastamento das salas de aula.

O uso de laboratório nas aulas de física, química e biologia tiveram (50%) de

aceitação positiva sendo (18,75%), dos egressos do sexo masculino, e (31,25%), do sexo feminino. Atribuiu-se esse grau elevado de aceitação devido esse tipo de atividade lhes permitir lidar com algo, concreto, palpável, como: manusear e experimentar, o que para muitos desses estudantes era novidade e ao mesmo tempo familiar, pois se assemelhava à atividade laboral a que estão acostumados no seu cotidiano profissional.

As atividades realizadas em grupo foram citadas por (37,5%) das mulheres e (18,75%) dos homens como positiva. Percebemos que por ser uma atividade que lhes permitiu interagir e trocar conhecimentos entre os pares, sobre suas inseguranças e aspirações, levando-os a aprendizagem, tenha sido uns dos motivos de significativa aceitação.

Nesses momentos eles expressavam suas opiniões sobre o conhecimento discutido em sala de aula, sem receio de críticas, onde suas ideias eram aproveitadas e compartilhadas coletivamente para o entendimento do processo de realização das tarefas solicitadas. É uma forma encontrada de maturação do conteúdo ensinado e apreendido.

2.5 Organização dos dados: a complexidade da investigação

Nessa fase da pesquisa dar-se-á o processo de organização sistemática dos dados coletados, por meio da entrevista semiestruturada, realizada no grupo focal. Dos 16 egressos que responderam ao questionário resultando na construção do perfil já descrito, como já mencionado, foram escolhidos seis, para participar da entrevista aprofundada, no grupo focal, seguindo a um roteiro predeterminado, tendo como referência os objetivos da pesquisa e a fundamentação teórica da investigação, com vistas, à coleta de informações para responder a questão que norteou o estudo “Como a formação técnica profissionalizante ampliou a possibilidade de acesso dos egressos contribuindo para conquistas pessoal e profissional”?

Feita a transcrição das entrevistas os dados foram agrupados e definidos as categoria gerais e as unidades de análise. As categorias podem ser teóricas e empíricas. A primeira remete às leituras que deverão ser feitas para fundamentar o estudo e construir os instrumentos para a coleta dos dados. Organizada a base teórica da investigação, definimos as leituras para subsidiar a análise dos dados.

A segunda “são específicas e resultantes da coleta de dados na realidade empírica. Portanto, as categorias empíricas emergem da pesquisa de campo, onde cada questão formulada ou para cada item do roteiro de entrevista estabelecemos as categorias empíricas” (OLIVEIRA, 2007, p.97). Então, definidas as categorias as unidades de análise foram selecionadas, considerando as unidades de registro (palavras, temas) e as unidades de

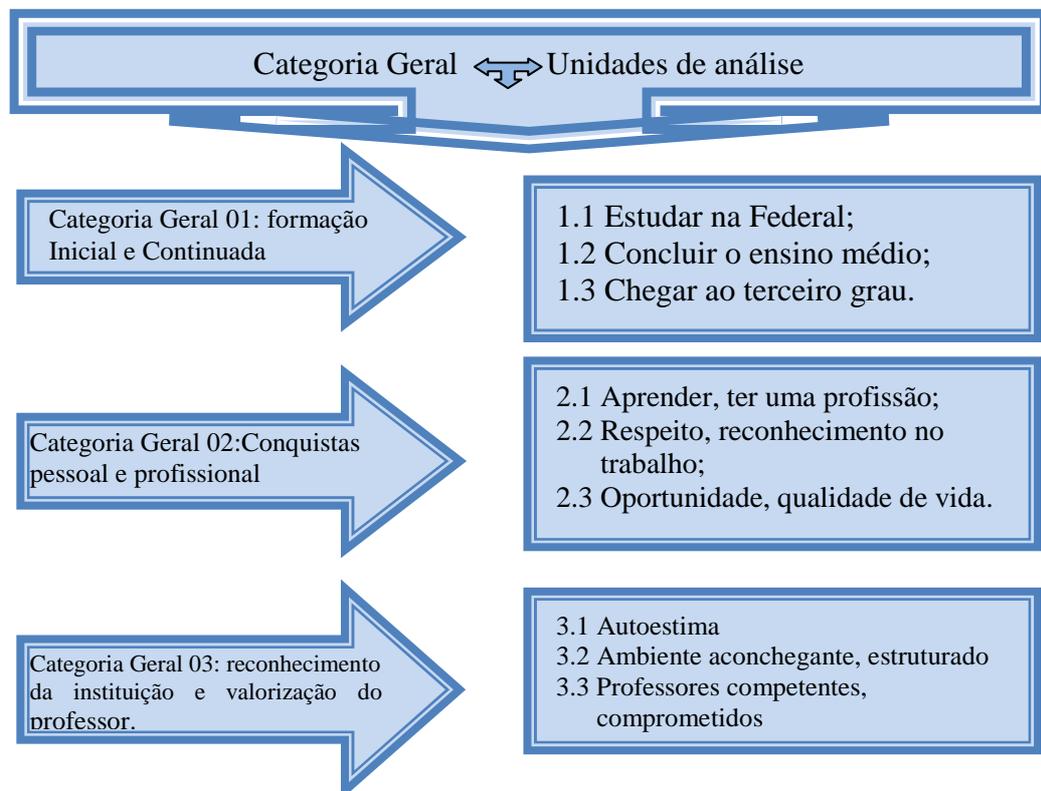
contextos (fragmentos, recortes dos textos).

Segundo Bardin (2009, p. 145):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

As categorias orientadoras do processo de análise interpretativa dos dados, para estabelecerem as dimensões do conhecimento foram extraídas das falas dos interlocutores. Após trabalhar os dados coletados e codificados (FIGURA 01). “[...] O trabalho das codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou de sua expressão” (BARDIN, 2009, p. 129).

FIGURA 01 – Definição das categorias



FONTE: Organizada pela pesquisadora com base nos dados coletados

As falas dos interlocutores foram agrupadas entre as categorias e suas respectivas unidades de análises, a fim de dar visibilidade a classificação dos dados e facilitar a organização da análise (QUADRO 01).

QUESTÃO NORTEADORA	CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE	CONTRIBUTOS DOS INTERLOCUTORES
Como a formação técnica profissionalizante ampliou a possibilidade de acesso dos egressos, à educação e ao trabalho, contribuindo para conquistas pessoal e profissional?	Categoria Geral 01: Formação inicial e continuada.	1.1 Estudar na Federal;	- Eu tinha um sonho de <i>estudar em Escola Federal</i> e nunca imaginei de depois de constituir família que eu pudesse ter essa oportunidade, depois de tanto tempo Deus nos dá o PROEJA <i>numa Escola Federal</i> , me senti grande, não grande para passar por cima de ninguém, me senti grande porque Deus me colocou lá, hoje me sinto uma pessoa premiada totalmente. Finalmente o estudo para mim é algo terapêutico (olhe os termos da Vigilância surgindo) amo adquirir conhecimentos (HORTÊNCIA). - Foi ampliar os meus estudos, <i>concluir o ensino médio</i> e ter um curso técnico e conseguir tudo isso por uma escola federal, foi uma somatória de coisas positivas (ROSA).
		1.2 Concluir ensino médio;	- Concluir o <i>ensino médio</i> [...] irei enfrentar o ENEM. [...] o curso técnico me permitirá trabalhar em vigilância em saúde e como agente de endemias. Agradeço de coração ao PROEJA e ao Colégio Agrícola por essa oportunidade (MARGARIDA). - Tinha muita vontade de terminar <i>meu ensino médio</i> e aí surgiu a vaga no Colégio Agrícola, [...] terminar o ensino médio concomitante com o curso técnico foi muito bom a gente pode trabalhar e exercer várias funções no setor de saúde, meu sonho é ter o curso técnico de enfermagem naquela escola (DÁLIA). -Ter o <i>ensino médio</i> e graças a Deus meu sonho foi realizado, só tenho que agradecer o PROEJA por essa oportunidade. Deus abriu essa outra porta para mim, ter um curso técnico na área de saúde e através do ensino médio, hoje posso fazer o ENEM. Hoje me orgulho de dizer tenho meu ensino médio e junto com ele tenho o curso técnico pela Federal (ORQUIDEA).
		1.3 Chegar ao terceiro grau;	- [...], pois meu sonho é chegar ao <i>terceiro grau</i> , irei enfrentar o ENEM (MARGARIDA). - Meu maior sonho é fazer um <i>curso superior</i> , mesmo depois de já ser avó, outro sonho era <i>estudar numa escola Federal</i> , consegui. O mundo tá exigente até pra varrer a rua você tem que ser qualificado (JASMIM). - Hoje, estou mais ciente do que quero para o meu futuro, passar no ENEM e ter um curso superior, estou me preparando para isso (ROSA).
	Categoria Geral 02: Conquistas pessoal e profissional	2.1 Aprender, ter uma profissão.	- [...] ter uma profissão. Eu aprendi vários tipos de prevenção tanto pessoal como no meio ambiente, tenho a oportunidade de orientar meus vizinhos como dar destino adequado ao lixo, cuidar bem de sua alimentação, enfim estou sempre repassando o que eu aprendi para as pessoas da minha comunidade (DÁLIA). - Estou estudando para enfrentar breve o ENEM, estou mais segura não só para exercer a profissão, mas também por cobrar melhor de meus filhos, pois no PROEJA aprendi mais valorizar o saber, sem estudo ninguém é nada. Hoje oriento mamãe melhor no seu trabalho, pois ela trabalha no setor de limpeza numa instituição de saúde (ROSA). - [...] ter uma profissão reconhecida numa instituição federal e oportunidade de chegar ao terceiro. Veio me enriquecer nas atividades profissionais que exerço, me informando com precisão sobre minhas atividades referente a prevenção e cuidados de higiene. Sinto mais segura nas atividades que executo com meus clientes (MARGARIDA). - Tive a oportunidade de aprender, tenho uma formação técnica, através desse curso tenho a oportunidade de dialogar melhor com as pessoas, me sinto, mas segura nos ambientes que frequento. Não estou trabalhando na área, mas tenho esperança de conseguir, pois sei que esse curso é muito importante na gestão de saúde (DÁLIA).
		2.2 Respeito,	- Estudar numa escola boa, ser respeitada, vestir uma farda da

	reconhecimento no trabalho.	<p>Federal não é pra todo mundo não, eu uma ex-gari da Câmara Municipal de Floriano. Hoje, vou ao Hospital visitar alguém, já olho as coisas com outros olhos. Quanto aos cuidados preventivos passei a ter comigo, com minha casa e com toda a família (JASMIM).</p> <p>- Sou mais respeitada no meu ambiente de trabalho, aprendi a aprender e a ensinar. O que aprendi no PROEJA nunca vou esquecer, vou levar para a vida toda, o respeito pelo outro, o diálogo e não desistir dos meus sonhos. Não estou exercendo atividade diretamente na área, mas tudo no meu ambiente de trabalho que se refere a vigilância sou chamada para optar, o respeito é tudo, [...] na disposição e acondicionamento das tintas de impressoras, no meu ambiente de trabalho; rodízios de pessoas que trabalham na xerox, aprendi no curso técnico, estou tendo chance de por em prática no meu trabalho (ORQUIDEA).</p> <p>- Ter concluído o ensino médio numa instituição federal de referência. Após o curso técnico passei a chefiar o setor de serviços gerais, com uma boa bagagem de conhecimentos, sinto mais segura para fazer e para recomendar. Os conhecimentos me fizeram mais pessoa, me sinto até importante no meu grupo social. Aprendi a dialogar, a respeitar as pessoas, os meus familiares ficaram felizes comigo, mudei minha estrutura de vida, sou mais valorizada no meu ambiente familiar e no meu trabalho. Depois do PROEJA vi minha casa ser construída de verdade, pois antes só tinha o alicerce (ROSA).</p> <p>- A minha família tem orgulho de mim. Hoje trabalho no Restaurante Universitário do Campus Amílcar Ferreira Sobral, graças ao PROEJA.. [...] Outra conquista é está no lugar que você sempre sonhou estar, hoje como técnica, tenho fé em Deus que amanhã, como universitária (JASMIM).</p> <p>- [...] todo ser humano deve ter orientação de vigilância em sua saúde, ela veio para contribuir com conhecimentos para a minha vida. Recebi conhecimentos e conteúdo suficiente [...] sou mãe, universitária e fruto do PROEJA. Acrescentou melhor qualidade na minha vida, mudança na visão de mundo, espírito solidário, ampliação dos sonhos e o caminho para chegar até eles (HORTÊNCIA).</p>
	2.3 Oportunidade, qualidade de vida	<p>- Me trouxe muitos, tanto para a minha vida pessoal e profissional, sobre prevenção de doenças, orientações necessárias tanto na nossa casa como fora dela, me proporcionando conhecimento nos cuidados com o meio ambiente e como prevenir doenças transmissíveis (MARGARIDA).</p> <p>- Fiz o ENEM e na primeira vez passei para a Federal, fiquei muito feliz, estou cursando Pedagogia, quando chego em qualquer lugar coloco meus olhos de vigilante de saúde mesmo não trabalhando na área. Não tive a oportunidade de estudar na época certa, eu não fui alfabetizada, comecei na escola com quase (12) doze anos de idade. Eu quero aqui agradecer, pois através do PROEJA meu lado pessoal e profissional estão tendo chance de desabrochar. Considero um troféu me ver semanalmente na UFPI estudando Pedagogia, vivo a realização do meu sonho todos os dias, já posso pensar em fazer a diferença que é preciso – Sou Técnico em Vigilância em Saúde, tem disciplina lá que eu já estudei ai eu tiro de letra, porque no curso do PROEJA eu aprendi mesmo (HORTÊNCIA).</p> <p>- Ter concluído o ensino médio, breve enfrentarei o ENEM; o curso técnico de vigilância abriu a minha cabeça para tantas coisas, orientação de prevenção, me sinto capacitada para falar nessa área, esse PROEJA para mim foi a “porta da esperança” hoje estou fazendo o técnico de enfermagem. [...] estimorei o meu marido a estudar, está cursando o técnico de segurança do trabalho. Deus me deu essa oportunidade e eu agarrei, hoje sou outra pessoa, vou à busca dos meus sonhos e dos meus objetivos. Federal é Federal... (ORQUIDEA).</p>
Categoria Geral	3.1 Autoestima 03:	- Foi muito importante veio nos trazer oportunidade de estar na comunidade, inserindo na comunidade uma pessoa com um curso

	<p>Reconhecimento da instituição e valorização do professor.</p>	<p>3.2 Ambiente aconchegante, estruturado.</p> <p>3.3 Professores competentes, comprometidos</p>	<p>profissionalizante que possa ajudar aqueles que precisam de ajuda. Hoje a gente tem mais conhecimento como chegar a um supermercado fazer suas compras, ver a data de validade, a refrigeração das carnes, se os enlatados sem perfurações ou amassados que venham nos prejudicar a nossa saúde, até mesmo a maquiagem, temos que olhar se não esta vencida, só assim podemos evitar algum tipo de alergia (MARGARIDA).</p> <p>- Foi muito importante para mim, e para as pessoas que necessitam de ajuda, se tem uma pessoa doente, vem aqui nos procura, a gente vai lá passa para ele, como que pode ser o tratamento daquela pessoa. Observar: validade das seringas, na alimentação os enlatados se não tem perfurações para que não ocorra à proliferação de bactérias, os freezers se estão na temperatura normal para que não estraguem os frios e carnes. Enfim me deu orientações necessárias para ter uma boa saúde e ser um vigilante da saúde (DÁLIA).</p> <p>- Um dos maiores ensinamentos foi de adquirir coragem e força de vontade de sair da mesmice, de não se contentar de ser somente uma dona de casa, saber que sou capaz, não desistir e ser persistente, depois vem o ensinamento teórico-prático, esses conhecimentos estarão eternamente entranhados em mim (HORTÊNCIA).</p> <p>- Antes não tinha certos cuidados com prevenção, hoje observo: validade de alimentos, medicamentos, cosméticos; higiene pessoal e do ambiente; a importância de estar com as vacinas em dias, ter cartão do SUS (JASMIM).</p> <p>- A Escola Federal o Agrícola, um ambiente aconchegante, estruturada. Uma escola que a gente nem imaginava de estar. Tem internet, onde nos tivemos oportunidade de participar de todas as atividades que ali oferece aos alunos, como desfile de 07 de setembro, vacinas. Tem um posto de saúde dentro do colégio (MARGARIDA).</p> <p>- Na escola agrícola, participei de todas as oportunidades oferecidas pela escola, na área de computação, vacinas, lazer, laboratório, quadrilhas, desfile de 07 de setembro, votação para a escolha do diretor, tive o direito de votar foi muito importante,(DÁLIA).</p> <p>- Foi onde sempre quis estudar, não fomos discriminados, participamos de tudo: eventos culturais, campanhas educativas, votamos no diretor e tínhamos direito de comer no restaurante (HORTÊNCIA).</p> <p>- Sempre foi e será a escola que quero sempre estar, me deu não só a oportunidade de estudar, mas de crescer na convivência, dialogando mais e respeitando os outros (JASMIM).</p> <p>-A minha autoestima veio a partir de estudar na federal, a escola me fez exercer o direito de cidadania, votei para a escolha do diretor, tive a oportunidade de ter direito ao kit alimentação no restaurante, participei de eventos culturais, participei de campanhas preventivas, fui orientada para adquirir o cartão do SUS, atualizar cartão de vacina. Só tenho a agradecer, primeiro a Deus e depois ao PROEJA (ORQUIDEA).</p> <p>- A escola é tudo de bom, estruturada, tive acesso a internet, ao restaurante, participei de festas juninas, participei da votação para a escolha do diretor, tive o mesmo direito dos alunos daquela instituição, nunca me senti discriminação por ser aluna do PROEJA (ROSA).</p> <p>- Nossa foi muito bom, a gente que mora aqui na zona rural e com muito trabalho chegar numa Escola Federal onde tivemos professores competentes que nos receberam de braços abertos, a cada dia que a gente se encontrava via o brilho nos olhos deles, o prazer de dá aula pra gente, a gente já era uma turma de jovens de 30-35 anos que já estavam com muitos anos sem estudar (MARGARIDA).</p> <p>- Comprometidos com a conclusão dos conteúdos tendo</p>
--	--	--	--

			<p>paciência e sempre nos estimulavam a não desistir, mostrando interesse com o nosso crescimento pessoal e profissional, tenho muita gratidão por todos eles (DÁLIA).</p> <p>- Se não fosse o empenho, o amor, a paciência e a dedicação deles eu não teria chegado onde estou. Obrigado aos professores do PROEJA e ao CTF (HORTÊNCIA).</p> <p>- Pacientes, competentes e comprometidos, estimulando a não desistir dos meus sonhos, já convivi com muitos professores até mesmo de Teresina, mas não como os do PROEJA, não tem não (JASMIM).</p> <p>- Sempre deram atenção e valor, estimulou a não desistir. Foram uns verdadeiros maestros para que essa sinfonia, jovens, adultos e PROEJA, soassem bem (ORQUIDEA).</p> <p>- Até hoje me reconhece em qualquer lugar, só tenho que agradecer a paciência com a turma e o estímulo que dava para continuar a estudar, antes me matriculava e desistia. O PROEJA foi uma benção, pois através dele conclui o ensino médio e o técnico em vigilância (ROSA).</p>
--	--	--	--

QUADRO 01 – Demonstração dos dados

FONTE: Quadro organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados (2013)

2.6 Análise interpretativa dos dados: reflexões sobre os contributos dos interlocutores

Para a análise dos dados recolhidos, nos decidimos pela análise do discurso, respaldadas pelos estudos de: Maingueneau (1997); Orlandi (2001; 2003); Pêcheux (2006); Yñiguez (2004), dentre outros, tendo em vista a aproximação evidente como nosso objeto de estudo. Sendo assim, a análise de discurso mostra-se como uma questão-chave na investigação em pauta, pois a diferença presente nos discursos implica interpretações diversas, passando a ser entendida como características dos processos de recontextualização ações, visando determinadas finalidades sociais.

Segundo Orlandi (2001, p.86), a análise do discurso “se define pela sua proposta das novas maneiras de ler, colocando o dito, ao dito em outro lugar, [...] as palavras não significam em si. Elas significam porque tem textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta [...] Com isso quis nos dizer que a análise se faz do que é dito, código escrito, ou o não dito, os códigos não escritos, expressado no texto, por meio de quaisquer forma de linguagem.

Para Maingueneau (1997, p. 116-117), é fundamental que o analista de recurso considere o universo, o campo e espaço discursivo.

Entende-se por 'universo discursivo' o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. [...] o 'campo discursivo' é definível como um conjunto de formação discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. [...] O 'espaço discursivo', enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.

Esses aspectos devem ser considerados pelo analista do discurso sem perder de vista os objetivos da pesquisa. O discurso dos interlocutores é analisado observando-se o seu contexto de atuação. Visto que, a abordagem de uma mesma temática produz discursos diferenciados, devido à multiplicidade de parâmetros envolvidos e as relações que se estabelecem de acordo com o lugar que cada interlocutor ocupa no seu cotidiano.

Yñiguez (2004, p.132-134) afirma que: “Para a realização de uma AD, o estabelecimento do foco da análise implica perguntar que relações sociais mantidas e divulgadas através da linguagem que estamos querendo explicar”. Assim é impossível se estabelecer uma relação sem o uso da linguagem.

Pêcheux (2006, p.54), considerado o pai da análise de discurso observa que: “[...] há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar”. Isso significa dizer, que as redes de significados e sentidos são construídas a partir de relações que se estabelecem no contexto histórico, subsidiando a organização de memórias.

Nesse sentido, para o analista de discurso o lugar em que cada interlocutor se encontra no momento da interpretação e descrição do discurso é fator primordial, pois, não se pode negar “o ato de interpretação no momento próprio em que ele aparece. Ou seja, [...] como efeitos de identificação assumidos e não negados” (Pêcheux, 2006, p. 55-57).

A análise visa a uma organização sistemática de dados, de modo a possibilitar o fornecimento de respostas a questão norteadora do estudo, estabelecendo as dimensões do conhecimento.

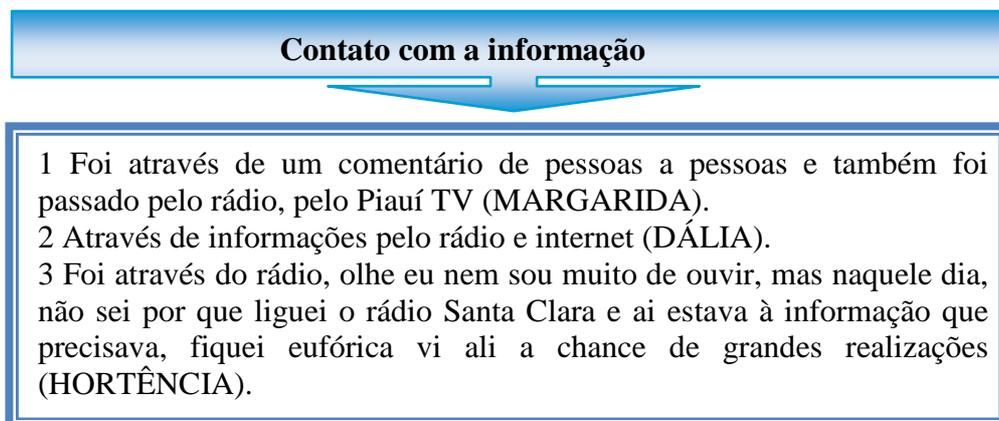
CAPÍTULO 03 – DIALOGANDO COM AS CONTRIBUIÇÕES DOS INTERLOCUTORES: PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

Neste Capítulo, apresenta-se a interpretação dialogada das contribuições expressas nos depoimentos dos interlocutores desse estudo, procurando dar vida aos sentimentos que brotaram do íntimo de cada um, sem deixar de observar o rigor científico. Iniciamos com a discussão de um grupo com as falas dos interlocutores, referentes a que meios de comunicação as informações sobre o curso chegaram até eles, visto que, tratava-se de um curso ofertado pela primeira vez no Colégio Técnico de Florianópolis (CTF), na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Portanto, para um público diverso do que a escola atende, embora trabalhe com jovens e adultos, em sua maioria, todos com trajetória escolar diferente dos jovens e adultos que constituíram essa turma, especificamente. Em seguida, apresentamos a interpretação dos discursos dos interlocutores agrupadas nas unidades de análises, considerando-se a categoria geral, ambas originadas dos dados empíricos da pesquisa e das categorias teóricas que deram sustentação ao estudo. Por fim dar-se-á por concluído o capítulo com a discussão das falas dos interlocutores sobre a continuidade dos estudos após o término do curso.

3.1 Conhecimento do curso: contato com a informação

Para iniciar a discussão elegemos as opiniões dos sujeitos investigados, referentes como as informações sobre a oferta do Curso Técnico em Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), pelo Colégio Técnico de Florianópolis chegaram até elas. Optamos, por inicialmente, ir ao encontro dessas informações e, a partir delas estabelecemos o diálogo com os interlocutores no sentido de compreender como essas pessoas estão focadas no desejo de adquirir conhecimentos que possam melhorar as suas vidas. Vejamos o que disseram sobre os meios que os levaram a ter o primeiro contato com a informação que mudou para melhor as suas vidas no âmbito pessoal e profissional (FIGURA 02).

FIGURA 02: Meios de comunicação



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

Analisando o agrupamento de falas percebemos que em sua maioria as pessoas demonstraram ter contato direto com algum recurso multimídia. No entanto, a rádio ainda é o meio de comunicação mais ouvido, considerando que dos seis interlocutores que fizeram parte do grupo focal 3 (50%), afirmaram ter tido contato com a informação sobre a oferta do curso, pela rádio. [...] *liguei a Rádio Santa Clara, estava a informação que precisava, fiquei eufórica vi ali a chance de grandes realizações* (HORTÊNCIA).

Os outros 3 (50%) do público alvo do curso tiveram acesso à informação pela Internet, Televisão e por outras pessoas, de maneira informal. Dentre essas, duas pessoas tomaram conhecimento por uma colega que lhe deu a *abençoada notícia* (ORQUIDEA) e *através de um comentário de pessoas a pessoas* [...] (MARGARIDA).

Como se vê a informação chegou até o público interessado por uma diversidade de meios de comunicação de massa.

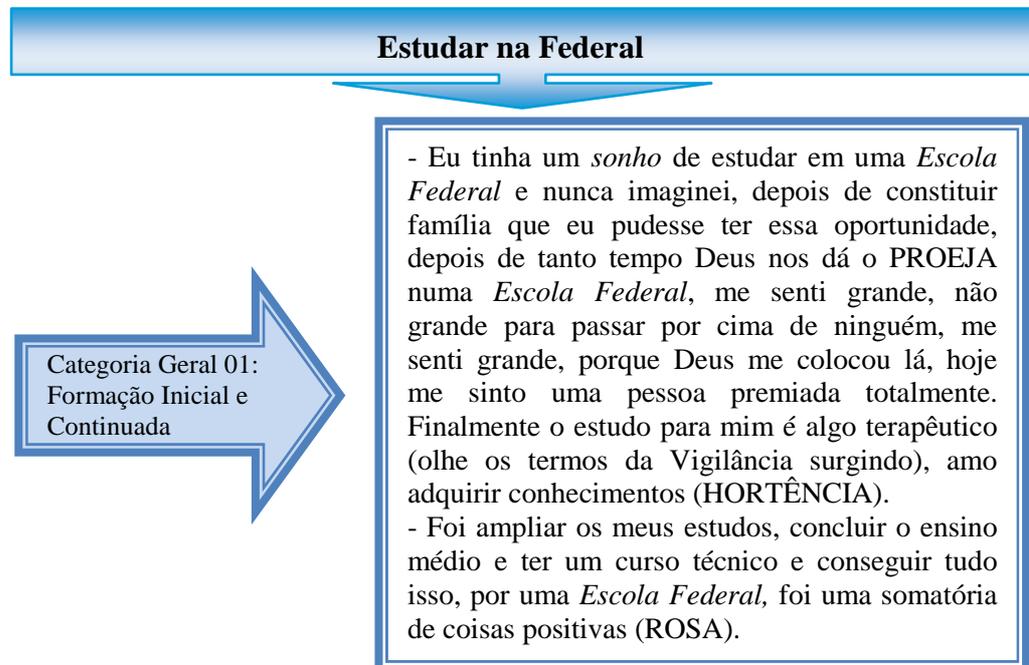
Os dados coletados foram organizados em três categorias gerais. Essas deram origem a nove unidades de análises que representaram a nossa compreensão do objeto de estudo investigado: “A formação técnica profissionalizante dos egressos” da primeira turma do Curso Técnico em Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA.

Essas categorias e suas respectivas unidades de análise orientaram todo o processo de interpretação dos dados. Passemos agora, à discussão, iniciando com a Unidade de análise: 1.1 *Estudar na Federal*, pertencente ao grupo da Categoria geral 01: *Formação inicial e continuada*, seguida da Unidade de análise 1.2 *Concluir o ensino médio* e a Unidade de análise 1.3 *Chegar ao terceiro grau*, pertencente a mesma categoria (FIGURAS: 03, 04 e 05).

3.2 Formação inicial e continuada: um sonho possível

O agrupamento de falas que deram origem as Categorias Gerais e Unidades de análises tencionam responder a questão que norteou o estudo: “Como a formação técnica profissionalizante ampliou a possibilidade de acesso dos egressos à educação e ao trabalho, contribuindo para conquistas pessoal e profissional”? Nesse sentido, procedemos à discussão da Categoria Geral 01: Formação inicial e continuada suas Unidades de análise: 1.1; 1.2 e 1.3, iniciando pela 1.1 (FIGURA 01).

FIGURA 03- Unidade de Análise 1.1



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

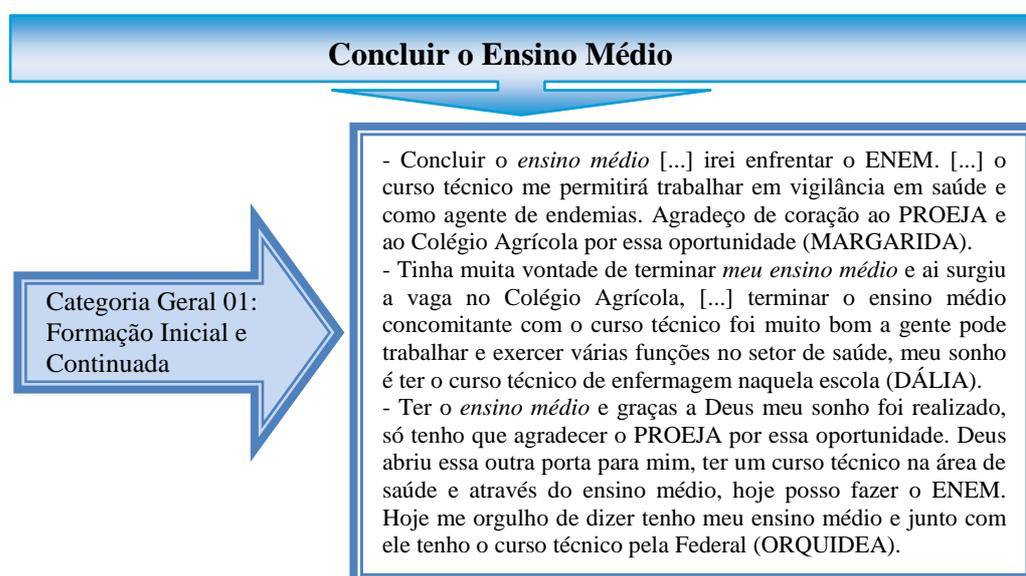
No discurso explícito nas falas dos egressos, interlocutores da pesquisa, é visível a satisfação de ter conseguido estudar em uma *Escola Federal*, deixando claro que esta instituição de ensino é referência dentro da sociedade, referência essa conseguida pelo comprometimento, competência e o fazer pedagógico de quem constitui o corpo docente, discente e técnico administrativo da escola.

O retorno à escola fez com que antigos projetos e *sonhos de estudar em uma Escola Federal* (HORTÊNCIA), sonhos que tinham sido abandonados pelas circunstâncias, foram resgatados da memória e trazidos de volta à vida desses egressos. E ao voltarem, sugeriram com novas formas, novas dimensões que foram crescendo e ganhando formas mais ousadas.

Isso se mostra de formas diferentes quando Hortência diz: [...] *nunca imaginei, depois de constituir família que eu pudesse ter essa oportunidade [...] me senti grande [...]*, ou quando Rosa afirma: [...] *concluir o ensino médio e ter um curso técnico e conseguir tudo isso [...], foi uma somatória de coisas positivas.*

Cada palavra ou expressão tem uma carga de sentidos e significados que transmite o quanto esse curso mudou a vida dessas pessoas. O importante é que cada um deles reencontrou dentro de si a capacidade de sonhar e de acreditar nos seus sonhos. Passemos à análise da Unidade de análise 1.2; Concluir o ensino médio (FIGURA 04).

FIGURA 04 - Unidade de Análise 1.2



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

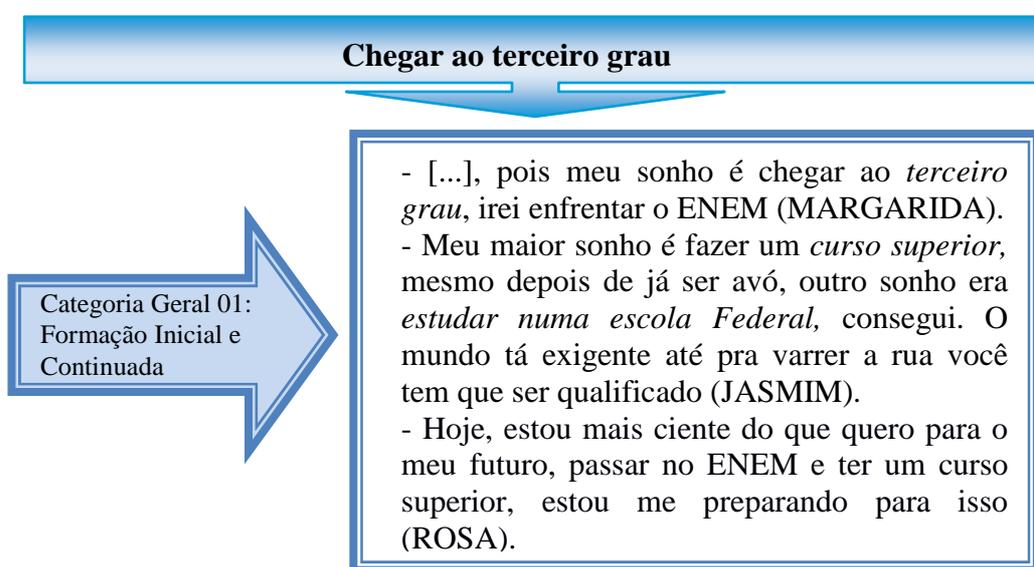
Pelos discursos expressos nas falas dos interlocutores percebemos que a maioria dos egressos tinha o desejo de ter o ensino médio, isso está evidente na fala de Orquídea [...] *Ter o ensino médio e graças a Deus meu sonho foi realizado, só tenho que agradecer o PROEJA por essa oportunidade.* Cada egresso reencontrou dentro de si a capacidade de sonhar e acreditar em seus sonhos. A escola como instituição de crescimento humano tem esse papel de incentivar o sonho e a esperança, e esta fomenta a busca incessante pelo crescimento e pela construção do seu dia a dia.

Nas falas de Margarida e Orquídea, respectivamente: [...] *irei enfrentar o ENEM [...]*; e [...] *hoje posso fazer o ENEM [...]*, é expressa a vontade e a determinação dos egressos em continuar os estudos em nível superior, após a conclusão do ensino médio. Por estes relatos, percebemos também a grande oportunidade que o PROEJA proporcionou a esses estudantes

jovens e adultos, tornado realidade a conclusão do ensino médio integrado ao técnico, bem como a oportunidade de ingressar na vida acadêmica.

O Curso Técnico de Vigilância em Saúde ofereceu subsídios para se sentirem motivadas a exercer atividades vinculadas à área de saúde, conforme disse Margarida: [...] *o curso técnico me permitirá trabalhar em vigilância em saúde e como agente de endemias* [...]. O crescimento pessoal e profissional dos egressos se faz sentir em seus depoimentos e o que é fundamental, incorporaram a linguagem do curso. Vejamos o que dizem sobre como pretendem chegar ao terceiro grau (FIGURA 05 FIGURA 05).

FIGURA 05 - Unidade de Análise 1.3



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

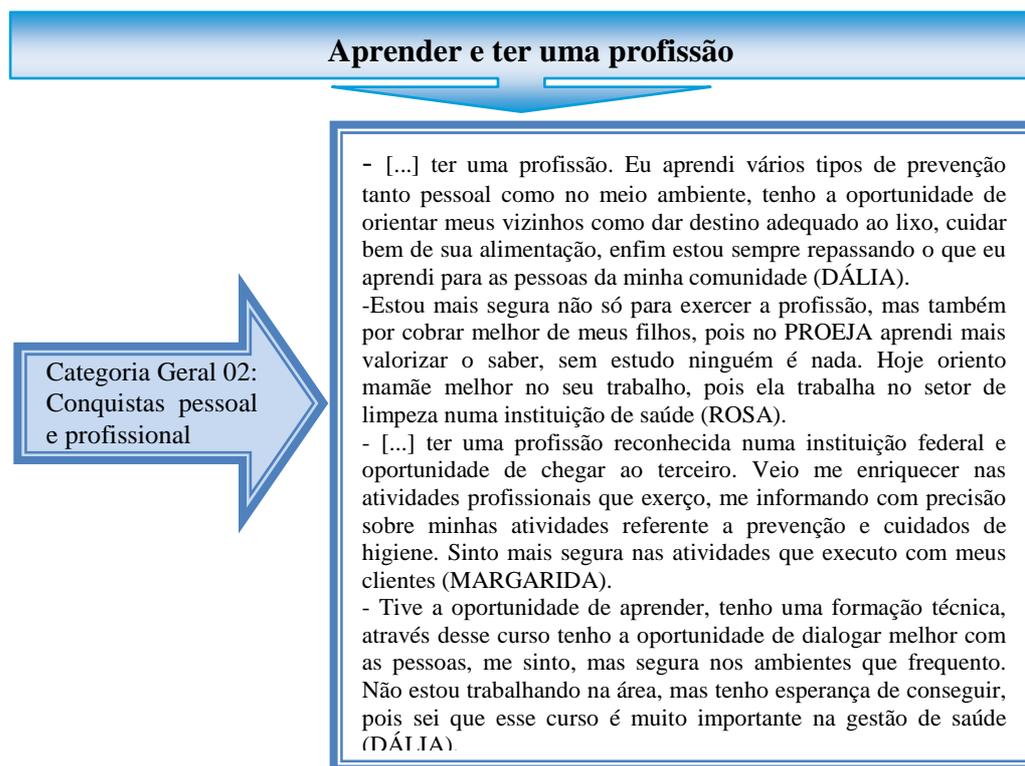
Em todas as falas os egressos foram unânimes em afirmar o desejo de ingressar no terceiro grau. É fato notório, que ao entrar no PROEJA o aluno embarcou em uma releitura de sim mesmo, identificando suas dificuldades e capacidades. Ao dizer: [...] *irei enfrentar o ENEM* [...], Margarida deixa explícito, a consciência das possíveis dificuldades e desafios, revelando maturidade em relação à realidade que irão enfrentar, sem, contudo, perder a capacidade de alcançar seus ideais: *Hoje, estou mais ciente do que quero para o meu futuro, passar no ENEM e ter um curso superior* [...] (ROSA).

Estes egressos conscientes da importância da escolarização para melhoria da qualidade de vida: [...] *o mundo tá exigente até pra varrer a rua você tem que ser qualificado* (JASMIM), demonstra que não estão alienados e sim dispostos a enfrentar os desafios para mudanças em sua realidade cotidiana.

Nesse contexto, o PROEJA torna-se o (re) começar da caminhada dessas pessoas

jovens e adultas que após a descoberta de suas potencialidades almejam conquistar o terceiro grau, conforme ficou evidenciado na expressão *meu sonho* ao se referir ao ingresso no ensino superior,, via ENEM, ressaltado por Margarida e Jasmin. Em seguida discutimos a Categoria Geral 02: conquistas pessoal e profissional, por meio das Unidades de análise 2.1; 2.2 e 2.3. Vejamos.

FIGURA 06 - Unidade de Análise 2.1



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

Nas falas dos interlocutores, no que diz respeito às aprendizagens e a aquisição de uma profissão, percebemos que os conhecimentos adquiridos no Curso, superaram suas expectativas, visto que os saberes foram úteis não apenas para o exercício da profissão mas, sobretudo conseguiram transpor esses conhecimentos para sua vida pessoal e comunitária. Isso é notável nas afirmações [...] *orientar meus vizinhos como dar destino adequado ao lixo, cuidar bem de sua alimentação* [...] (DÁLIA) e [...] *oriento mamãe melhor no seu trabalho* [...] *uma instituição de saúde* (ROSA).

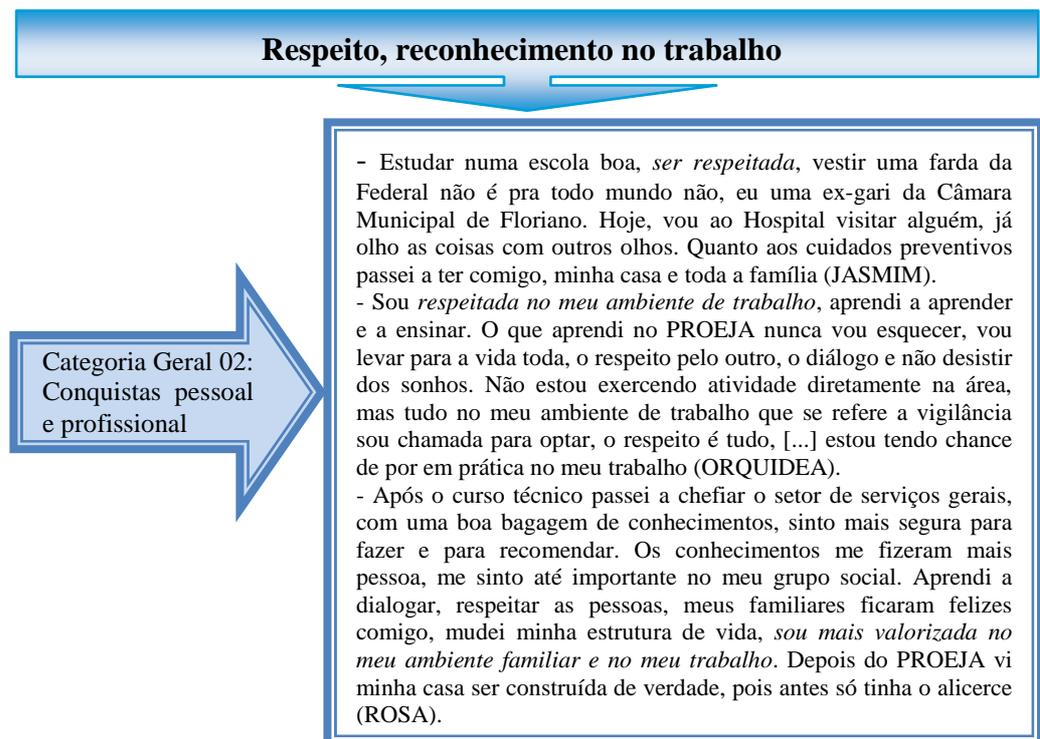
Na fala de Dália observamos que houve a consciência de que os conhecimentos adquiridos em prol da melhoria de sua qualidade de vida deveriam também ser exteriorizados a outrem: [...] *enfim estou sempre repassando o que eu aprendi para as pessoas da minha comunidade* (DÁLIA).

Essas afirmações deixam claras as contribuições do Curso para o crescimento dos egressos no campo profissional que exerciam antes desta formação: [...] *veio me enriquecer nas atividades profissionais [...] referente à prevenção e cuidados de higiene* (MARGARIDA). Além da segurança nas atividades profissionais que exercia antes do Curso.

O conhecimento oportunizado pelo PROEJA favoreceu uma melhor capacidade de expressão oral, facilitando o diálogo aberto, seguro com relação a eles e aos outros. Evidenciamos isso na fala de Rosa: *estou mais segura não só para exercer a profissão, mas também por cobrar melhor de meus filhos [...] sem estudo ninguém é nada [...]*.

Pelos relatos observamos que as perspectivas profissionais relacionam-se diretamente com a formação adquirida no Curso de Vigilância em Saúde, conforme fala de Dália: [...] *Não estou trabalhando na área, mas tenho esperança de conseguir, pois sei que esse curso é muito importante na gestão de saúde*. Assim, ela mostrou que tem consciência da valorização do curso técnico para sua vida profissional. Passemos a análise da Unidade 2.2.

FIGURA 07 - Unidade de Análise 2.2



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

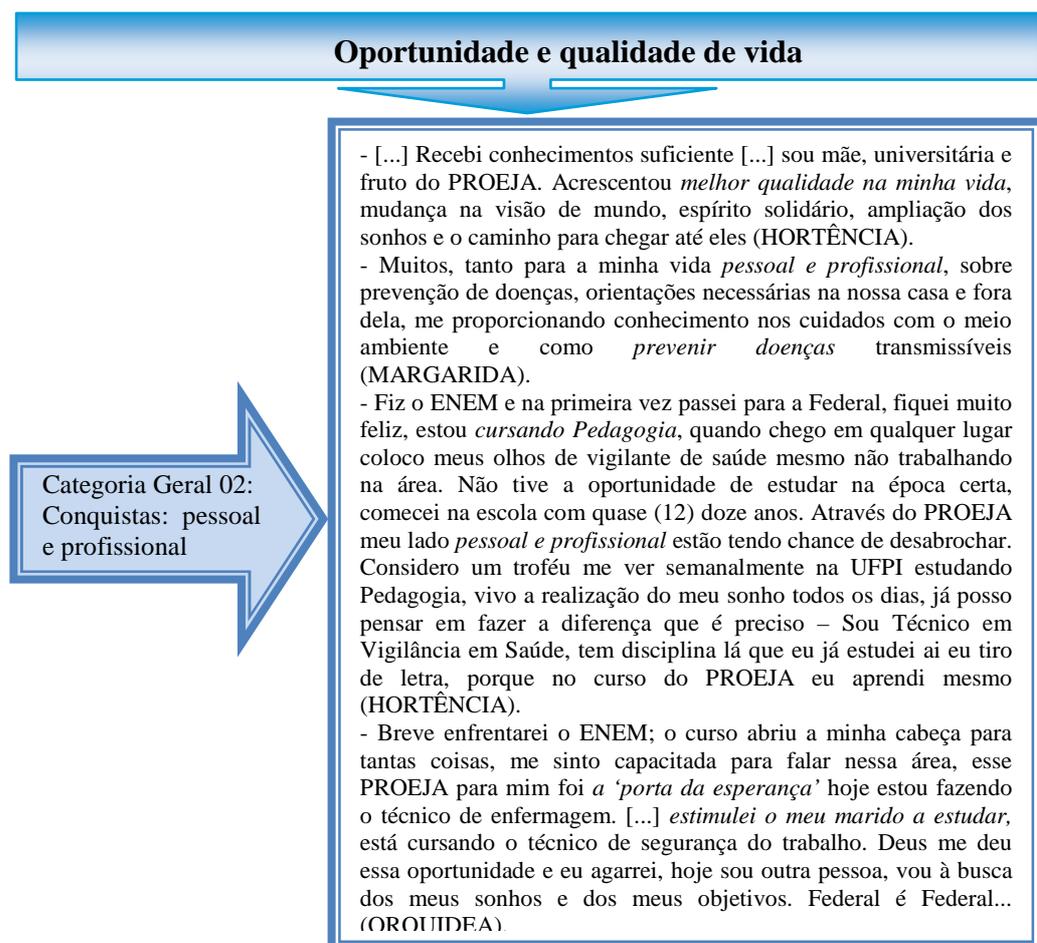
Nas falas dos egressos é evidente a satisfação sentida e, ao mesmo tempo o reconhecimento pela instituição formadora, devido aos bons serviços educacionais prestados: *estudar numa escola boa, ser respeitada [...] vestir uma farda da Federal não é pra todo mundo não [...]* (JASMIN). O respeito e o reconhecimento são referenciados em consequência

da formação obtida, além do sentimento de pertença a uma instituição de referência.

No discurso de Orquídea, conseguimos abstrair o respeito favorecido pelo conhecimento, no seu ambiente de trabalho, após a sua escolarização: *sou mais respeitada no meu ambiente de trabalho [...] Não estou exercendo atividade diretamente na área, mas tudo [...] que se refere à vigilância sou chamada para optar, o respeito é tudo, [...]*. A capacitação despertou na egressa a autovalorização, o acolhimento e o respeito no fazer profissional.

É importante destacar, que houve para alguns dos egressos a promoção no trabalho: *após o curso técnico passei a chefiar o setor de serviços gerais, com uma boa bagagem de conhecimentos [...]* (ROSA). Pelo exposto nessas falas, os egressos deixam claro que a formação obtida levou a uma conquista pessoal e profissional, reafirmando a importância da formação técnica profissional integrada ao ensino médio para as pessoas jovens e adultas trabalhadoras. Procedemos à discussão Unidade 2.3 (FIGURA 08).

FIGURA 08 - Unidade de Análise 2.3



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

Com relação à oportunidade, destacamos o relato de Hortência quando diz: *Fiz o*

ENEM e na primeira vez passei para a Federal, [...] estou cursando Pedagogia, demonstra um constante interesse por conhecimento a mais, confirmando uma inquietude pelo saber. A conquista de adentrar no terceiro grau na Universidade Federal do Piauí veio potencializar sua valorização como pessoa e programar mudanças significativas no campo pessoal e profissional. Vale pontuar que estudar em uma instituição *Federal* para esse público faz a diferença e eleva a autoestima.

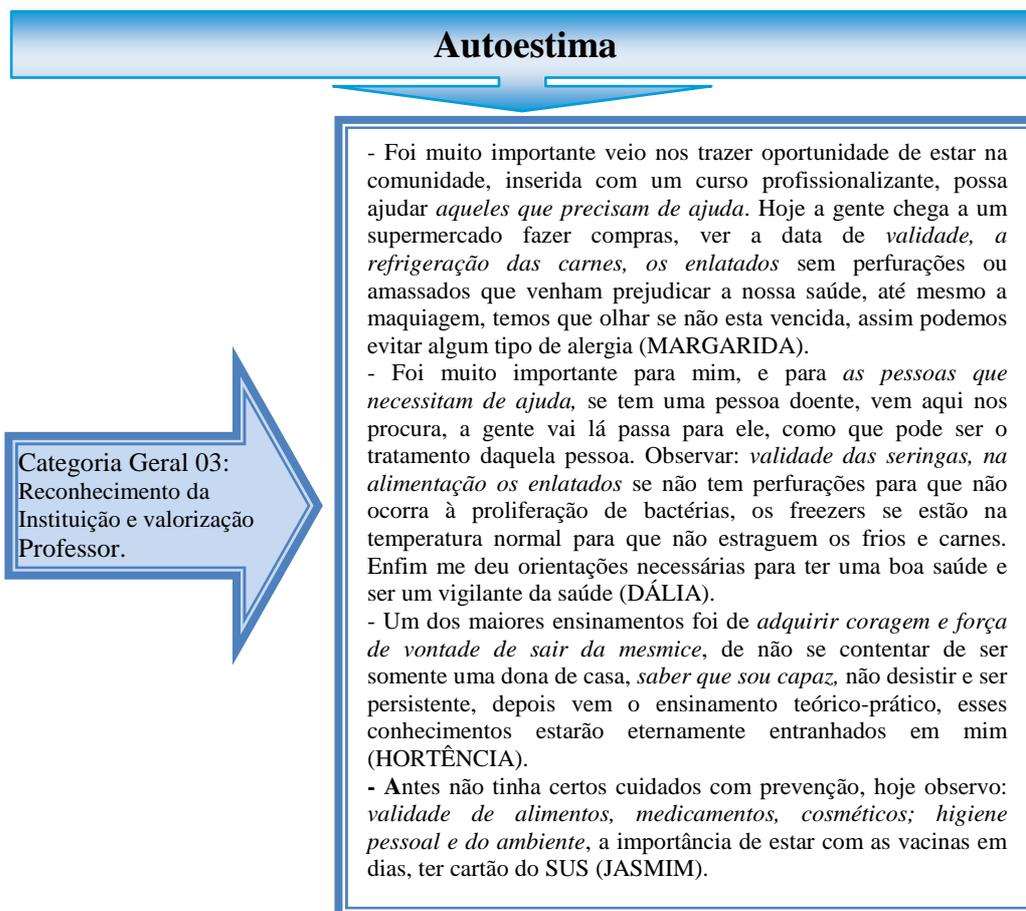
É visível nos discursos dos egressos, o valor dado ao PROEJA, por ter oportunizado o retorno e aberto portas para continuidade do estudo, bem como, o conhecimento adquirido no curso, *quando chego em qualquer lugar coloco meus olhos de vigilante de saúde mesmo não trabalhando na área [...]*. E, mesmo com a ascensão, a egressa não se esquece de enfatiza a importância do PROEJA nessa conquista: *sou fruto do PROEJA [...], sou Técnico em Vigilância em Saúde [...], passei na Federal, estou cursando Pedagogia* (HORTÊNCIA).

Quanto à oportunidade de continuar o processo de formação, galgando outros patamares na escala do saber, o PROEJA despertou nos egressos o desejo de enfrentar os desafios: *Breve enfrentarei o ENEM [...] esse PROEJA para mim foi a ‘porta da esperança’* (ORQUÍDEA). Nesta fala, percebemos a existência de muitas perspectivas em relação ao aspecto pessoal e profissional, gerando assim, novos horizontes trazidos pelas oportunidades que o Curso Técnico Profissional integrado ao Ensino Médio favorecerá aos jovens e adultos, possibilidades de crescimento na dimensão formativa.

A qualidade de vida foi referenciada de forma concreta por Margarida, quando enfatiza a importância da prevenção, tanto pessoal como ambiental, favorecida pelo Curso de Vigilância em Saúde: *[...] orientações necessárias na nossa casa e fora dela [...] cuidados com o meio ambiente e como prevenir doenças transmissíveis*. Percebemos nos discursos sentimentos verdadeiros, bem como, a elevação da autoestima dessas pessoas.

Em seguida, para fechar as discussões proporcionadas pela categorização dos dados empíricos foram analisadas as contribuições dos egressos agregadas na Categoria Geral 03 e suas Unidades de análises 3.1, 3.2 e 3.3. Passemos a discussão da Unidade 3.1 (FIGURA 09).

FIGURA 09- Unidade de Análise 3.1



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

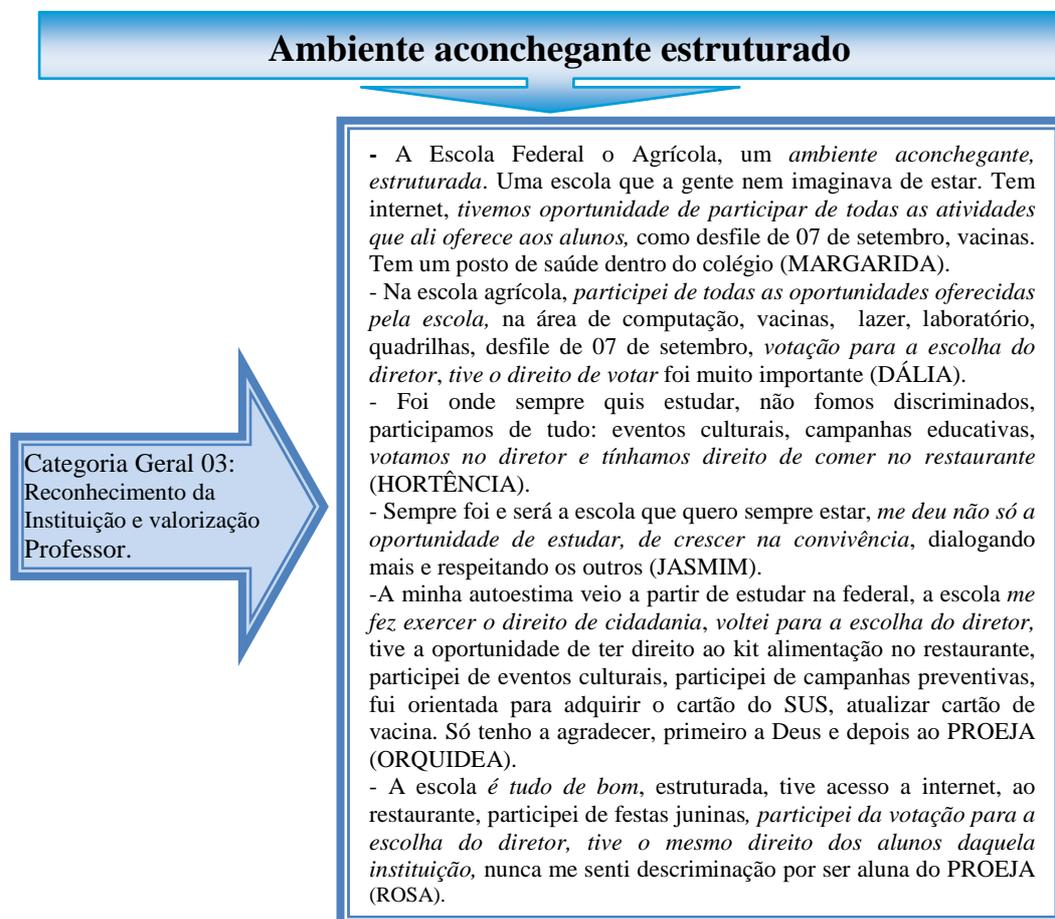
Os egressos apontam em suas falas, a conquista do exercício consciente da cidadania, ao afirmar que: *um dos maiores ensinamentos foi de adquirir coragem e força de vontade de sair da mesmice, de não se contentar de ser somente uma dona de casa, saber que sou capaz* [...] (HORTÊNCIA). Os ensinamentos, o acolhimento, o exercício de cidadania, o despertar de oportunidades, vivenciadas nesses três anos de curso fez com que esses jovens e adultos percebesse o direito de fazer valer a sua autoestima, referente também à dignidade e o direito de se tornar um cidadão instruído.

Tudo isso favoreceu mudanças comportamentais, exemplificadas nos relatos de Dália e Jasmim, respectivamente quanto se referem a observância de validade dos produtos e alimentos a ser adquiridos em pontos comerciais: *validade das seringas, os freezers na temperatura normal para os frios e carnes; [...] validade de alimentos, medicamentos, cosméticos, [...] a importância de estar com as vacinas em dias, ter cartão do SUS*.

Esses ensinamentos vivenciados durante as aulas teóricas prática, despertaram nesses estudantes hábitos saudáveis e constantes em busca de uma melhor qualidade de vida.

Passemos a análise da Unidade de análise 3.2 (FIGURA 10).

FIGURA 10- Unidade de Análise 3.2



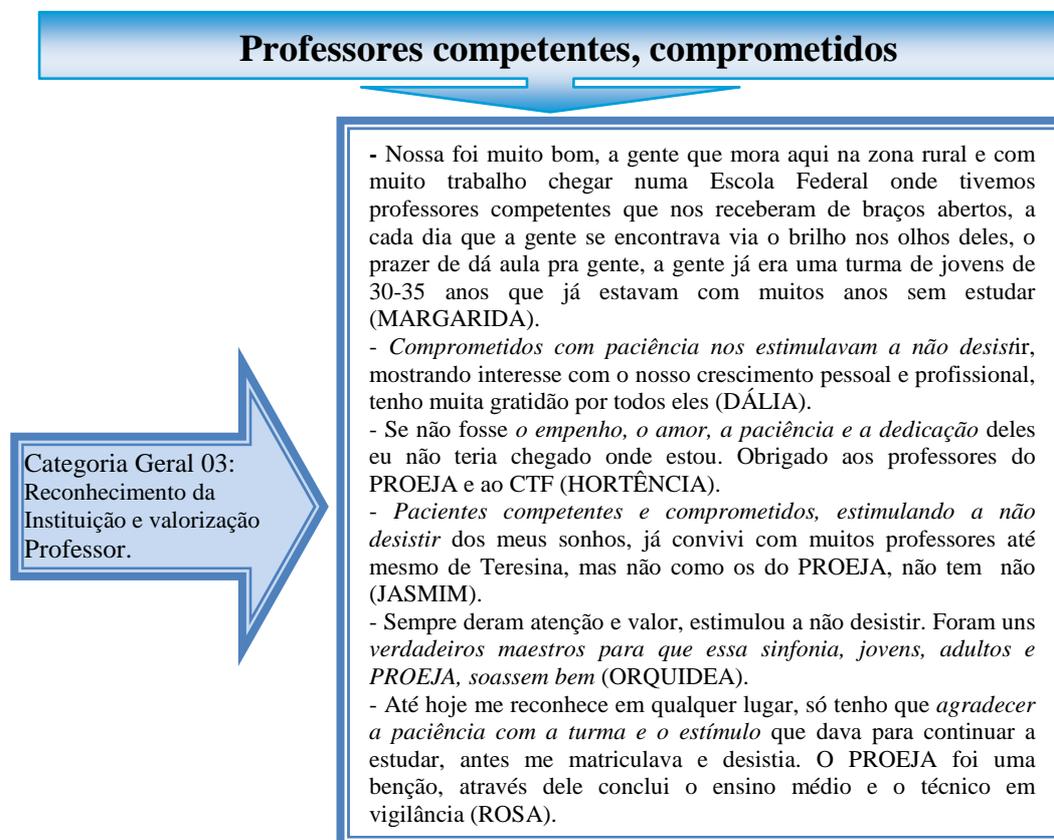
FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

Refletindo o que dizem os egressos sobre a escola todos foram unânimes em afirmar que o Colégio Técnico de Floriano *é um ambiente acolhedor, estruturado*. [...] *Tem internet, tivemos oportunidade de participar de todas as atividades que ali oferece aos alunos* [...] (MARGARIDA). [...] *tive a oportunidade de ter direito ao kit alimentação no restaurante, participei de eventos culturais* [...] (ORQUÍDEA). *A escola é tudo de bom*, [...] (ROSA). Demonstram, ainda que essa escola sempre foi almejado por estes jovens e adultos, visto que, desejavam nela estudar e com o PROEJA o sonho foi realizado.

Assim, a escola foi um espaço de inserção do aluno na sociedade em que vivem o que vem confirmar o seu caráter de promotora de inclusão social, uma das metas do PROEJA, conforme explícita na fala de Hortência: *foi onde sempre quis estudar, não fomos discriminados, participamos de tudo* [...]. Confirmando que a escola é um espaço de reflexão e crítica, de troca de experiências, preparando não somente profissionais qualificados para o mercado de trabalho, mas cidadãos aptos para enfrentarem o mundo (MOURA, 2011). Na

seqüência fechamos essa discussão com a Unidade de análise 3.3 (FIGURA 11).

FIGURA 11- Unidade de Análise 3.3



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

Ao falar sobre os professores que ministraram aulas no Curso, o discurso explícito na fala dos egressos, evidenciam o quanto estes, contribuíram para a consolidação da aprendizagem dos estudantes à época do PROEJA, proporcionando aos mesmos, oportunidades únicas de se reconhecerem sujeitos de sua própria ação educativa. [...] *tivemos professores competentes que nos receberam de braços abertos, a cada dia que a gente se encontrava via o brilho nos olhos deles, o prazer de dá aula pra gente* (MARGARIDA).

Essas falas traduzem a relação afetiva construída durante o curso entre professor/estudante, estudante/ professor, estudante/estudante, estudante/escola e principalmente, estudante/conhecimento.

O sentimento de dedicação e acolhimento através do incentivo constante, da busca diária pelo conhecimento, crescimento e também por um despertar de potencialidades, e individualidades são confirmadas em cada depoimento dado, visto que, [...] *estimulavam a não desistir*, (DÁLIA). [...] *Se não fosse o empenho, o amor, a paciência e a dedicação deles eu não teria chegado onde estou* (HORTÊNCIA). [...] *já convivi com muitos professores [...], mas não como os do PROEJA* (JASMIM).. [...] *só tenho que agradecer [...]* antes me matriculava e desistia

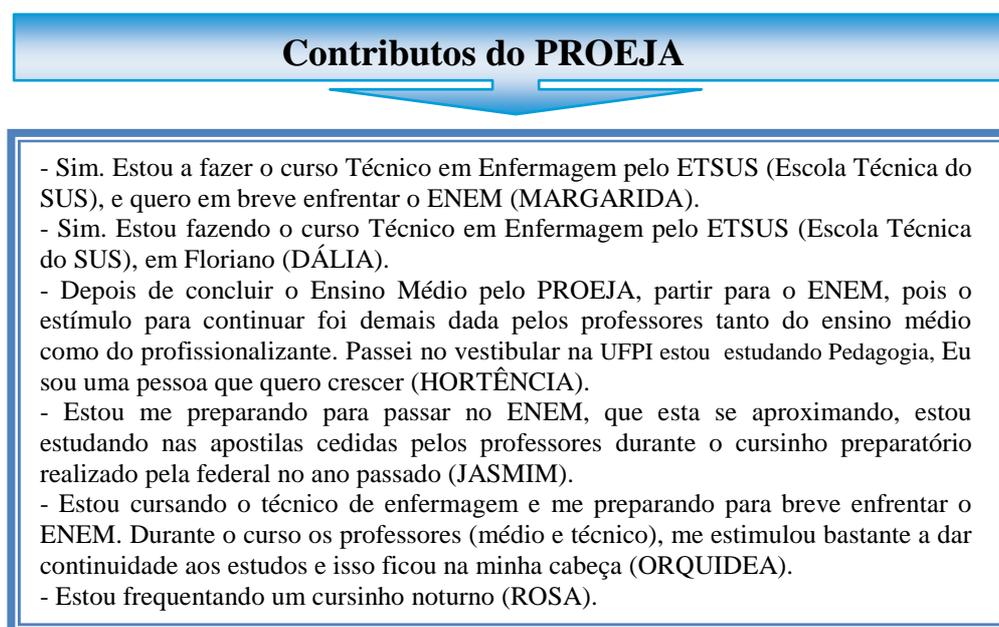
[...] (ROSA).

Dentre essas falas destacamos a de Dália pela construção poética e pelos sentimentos nela constantes [...] *Foram uns verdadeiros maestros para que essa sinfonia, jovens, adultos e PROEJA, soassem bem.* (ORQUÍDEA). Pelo exposto, percebemos que o trabalho dos educadores foi preponderante para a redescoberta dos educandos, enquanto sujeitos ativos e comprometidos com sua própria formação. Passamos agora a discursão do item 3.2.

3.3 Continuidade dos estudos: contribuição do PROEJA para tomada de decisões

Para finalizar o Capítulo, já mencionado anteriormente, organizou-se uma sequencia de falas que explicita os motivos pelos quais os egressos pretendem continuar os estudos, evidenciando os contributos do curso para essa tomada de decisão.

FIGURA 12: Continuidade dos estudos



FONTE: Organizado pela pesquisadora com base nos dados coletados

Reservamos o último agrupamento das falas, sobre os contributos do PROEJA, para a autovalorização dos egressos, lembrando que autovalorização traduz as conquistas no campo pessoal e profissional, para concluir esse capítulo. Foram consideradas as contribuições do curso para despertar o desejo de continuidade dos estudos.

Note-se que dos seis estudantes que fizeram parte do grupo focal, 3 (50%), estão cursando o curso técnico em enfermagem. 2 (33,3 %), estão frequentando um cursinho e 1 (16,6%), está cursando Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí.

Frente a esse contexto, podemos afirmar que o curso contribuiu de forma eficaz para a autovalorização dos egressos, visto que, além de motivar para a continuidade dos estudos contribuiu para elevação da autoestima, promoção no trabalho e desenvolvimento do exercício consciente da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A satisfação dos egressos se fez sentir durante as oficinas e eventos ocorrido durante os três anos de convívio no curso. Em 2009, ano em que o PROEJA foi implantado, houve um momento em que os estudantes, hoje egressos, narraram sua trajetória de vida antes e após o retorno à escola, expressando suas angústias e expectativas com a possibilidade de concluir o ensino técnico integrado ao ensino médio e depois dá continuidade aos estudos, pois muitos sonhavam passar num concurso público e no vestibular.

Discurso simples e bem articulado, constituído de falas comoventes e autênticas recheados de declarações que expressavam como se sentiam: sujeitos ativos em formação, capazes de aprender e construir conhecimentos e não pessoas passivas paradas no tempo e no espaço, diante da realidade de um mundo competitivo que leva o ser humano à desesperança. Como dizia, Freire (2006, p. 73), no auto de sua sabedoria “[...] é preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção de esperança”. A escola não pode e nem deve promover essa distorção.

É importante pontuar que durante os três anos de boa e saudável convivência, os estudantes do PROEJA, hoje egressos, foram membros ativos e atuantes nas atividades da Escola. Participaram de desfile do sete de setembro, juntamente com os demais estudantes do CTF; da Semana Cultural em comemoração ao aniversário do Colégio; da Semana de Enfermagem, como membro de oficinas, gincanas e seminários; das Campanhas de Prevenção do Ministério da Saúde: Vacinação, Diabetes, Hipertensão Arterial, AIDS, Hanseníase e Tuberculose, sob a coordenação dos profissionais dos cursos técnicos em Enfermagem.

Vale registrar o momento em que exercitaram o direito de cidadania participando do processo eleitoral para a escolha do atual diretor da escola. Durante todo o curso os estudantes foram orientados sobre ações preventivas, recebendo as vacinas referentes à sua idade, com o cartão devidamente preenchido e orientados, também, sobre a aquisição do cartão do SUS, pois através dele terão acesso ao atendimento do setor de urgência e emergência da rede conveniada pelo Sistema Único de Saúde.

A participação desses estudantes, hoje egressos, contribuiu para eles se perceberem reinseridos na sociedade, através da construção de uma identidade própria, da melhoria da autoestima, da conscientização de si mesmo, da capacitação da autonomia, do domínio de novas habilidades e competências. Assim, eles passam a ser sujeito de sua própria história, ou seja, passam a ser donos do seu próprio destino. Cabe salientar que essas atividades que eles

foram envolvidos sempre foram cuidadosamente programadas em encontros de planejamento, que envolvia os professores, a direção e a coordenação do curso.

Diante de tudo que foi exposto podemos considerar que o educador do PROEJA do Colégio Técnico de Florianópolis foi tão valorizado pelos egressos devido exatamente à postura dos mesmos, não se colocando em posição de evidência, como se o processo de ensino aprendizagem dependesse exclusivamente dele. Ele trouxe os seus estudantes com sua motivação principal e promoveu a construção de seus saberes. Trabalhou apenas como condutor do processo, deixando os aplausos para quem efetivamente se fez por merecer: os egressos do PROEJA. Valorizar e potencializar os saberes dos nossos estudantes trabalhadores do PROEJA é fundamental nesse processo, visto que a inserção deles no curso garantiu não só o acesso à conclusão do curso profissional integrado ao ensino médio, mas também à inclusão social e a uma perspectiva futura.

Lançando um olhar sobre as falas dos egressos parece haver um consenso, estes retornaram seus estudos por vontade ou curiosidade de desvendar o mundo que ainda não é tão conhecido, de valorizar-se mais como pessoa, de encontrar-se como membro de uma sociedade, enfim de testar sua capacidade não só de aprender, mas também de enfrentar desafios. São sujeitos que ficaram por muito tempo afastados da escola, e ao ingressarem na EJA, têm esperança de se sentirem outra vez cidadãos, e cidadãos do mundo, isto é, pessoas capazes de agir com sensatez perante os problemas e dificuldades que a vida cotidiana apresenta.

O sentimento de presença no espaço escolar tornou-se importante para construir outro olhar sobre a realidade, pois é na troca de conhecimentos que se desmistifica ideais, preconcebidos em relação a esse público, visto que foi formado por indivíduos de idades variadas. Durante a realização dessa investigação nos chamou atenção saber que é possível haver aprendizagem através do intercâmbio ou troca de informações que se fizeram presente entre as mais variadas faixas etárias, e que estava presente um sentimento de respeito e carinho entre os educandos apesar de serem grupos heterogêneos.

Durante mais uma vez analisando as falas, foi possível observar que a maioria dos egressos tem muita perspectiva em relação ao futuro, dando-lhes o direito de sonhar com um futuro próspero.

As trajetórias de vida desses educandos, hoje egressos tem como reflexão fatores como educação e trabalho, e isso remete a questionamentos a respeito das dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho. O abandono ou o ingresso tardio na escola estar diretamente relacionado às questões culturais de priorização pelo trabalho, geralmente braçal,

pela falta de informações dos pais e também pelas necessidades de sustentabilidade financeira.

Nos questionamentos que pontuavam sobre o significado do PROEJA em suas vidas, temos unanimidade nos depoimentos sempre positivos e de boas expectativas, tornando bastante significativos, não só pela oportunidade de retorno ao mundo da educação como também pelo estímulo à autoestima. Nesse mesmo contexto, percebemos a existência de muitas perspectivas em relação ao mundo do trabalho e ao mundo acadêmico.

Os relatos dos egressos mostraram que, quando a valorização do sujeito e de seus saberes é considerada no processo de ensino-aprendizagem, o educando se motiva ainda mais na busca de sua inquietação seja na forma de observação do contexto, ou trazidas de suas experiências através do decorrer do tempo. Pelas suas falas é evidenciado seu crescimento pessoal, intelectual e afetivo.

Valorizar e potencializar os saberes dos nossos alunos trabalhadores do PROEJA é fundamental nesse processo. A inserção desses sujeitos no curso do PROEJA, garantiu a eles não só o acesso à conclusão do curso profissional integrado ao ensino médio, mas também a inclusão social e uma perspectiva futura. Desse modo citamos a importância não só do currículo que busque a valorização dos saberes, mas também da política pedagógica atuante neste sentido.

Portanto, ao concluir esse trabalho de pesquisa é lícito afirmar que a escola jamais deve desconhecer a educação voltada para os valores e experiências trazidas por seus alunados. São eles que enriquecem as aulas e servirão de aporte para a sequência da aprendizagem e aprimoramento daquilo que já faz parte dos saberes de cada indivíduo.

Através deste estudo, diríamos que não há limite para aprender, e que através do desenvolvimento de muitas das práticas pedagógicas percebemos que um novo olhar se faz necessário para superação de velhos obstáculos, rumo a uma docência que respeite e valorize os estudantes do PROEJA. Esse novo olhar parte de um Programa de formação continuada, sendo este um processo já iniciado nesta Instituição de Ensino. E, desta forma poderemos redimensionar e melhorar cada vez mais o contexto escolar e, conseqüentemente, os sujeitos do PROEJA, fazendo com que tenhamos cidadãos conscientes e capazes de melhorar a si mesmo para repercutir nas comunidades em que serão inseridos.

Não se pode negar que o PROEJA é pressuposto para que Jovens e Adultos possam enfrentar o mundo da produção econômica, no sentido de obter conhecimento, não apenas para compreensão geral da vida social, mas também como necessidade de inserir ou permanecer no trabalho. Dessa maneira a possibilidade da Rede Federal de Educação

Profissional e Técnica, oferecer formação profissional integrada ao ensino médio, a uma população colocada à margem da sociedade significa um direito social, ético e político para que o Programa assuma definitivamente uma modalidade de educação profissionalizante com características próprias.

A concepção do curso técnico, integrado ao ensino médio, em Vigilância em Saúde funda-se na premissa de que a (re) inserção de jovens e adultos de classes populares no sistema escolar a partir de uma educação integral de qualidade é ao mesmo tempo, um direito, uma necessidade. As diretrizes curriculares nacionais da educação de jovens e adultos enfatizam a heterogeneidade do público de EJA e as formas como estes estudantes dispõem de seu tempo e espaços, e de como, através da flexibilidade curricular, podemos aproveitar suas experiências de vida e de trabalho para organizar os tempos da escola e sintonizar o currículo com elementos geradores a partir de suas vivências (re)-significando-as.

Daí a necessidade de lutarmos para transformar o PROEJA em uma política educacional pública, extrapolando os limites da individualidade impostas por cada governo, visando uma política educacional perene nessa área que tenha como ideal a justiça e a igualdade, para não correr o risco de mais uma vez à exclusão desses jovens e adultos continuar sendo a comissão de frente desse elenco no que diz respeito a dívida social que o Brasil tem com esses coletivos, que tiveram, ao longo do tempo negado o acesso ou permanecer na educação escolar.

Dentro da política de consolidação do PROEJA devemos também ter presente a função social e o protagonismo de nossa rede enquanto referência na implementação do programa. Por fim através da reconstituição de nosso projeto e de contornos que envolveram o processo e seus respectivos atores, esperamos que os leitores deste trabalho de pesquisa sintam-se motivados a realizar em suas atitudes, movimentos para consolidação desta política pública de integração da educação profissional técnica de nível médio na modalidade EJA.

Assim chegamos à conclusão de que é preciso garantir que o PROEJA seja uma política qualificadora e não seja mais uma política de caráter compensatório, aligeirado, desqualificador e de descontinuidade, como tem sido historicamente as políticas direcionadas para a EJA em nosso país. No entanto, sabemos que não é somente com a implantação do que solucionará os problemas educacionais. Urge a necessidade de uma reforma educacional que acompanhe a evolução que a contemporaneidade está a exigir.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel Gonzalez (Org.). *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Alfabetização e Cidadania: Revista de Educação de Jovens e Adultos**, São Paulo, n. 11, p. 9-20, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/MMGTN3.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 01/1992 a 64/2010, pelo Decreto legislativo n. 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão n. 01 a 06/1994. 32. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2010. (Série textos básicos; n. 56)

_____. **Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: DF, 23 de julho de 2004a.

_____. **Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005a.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução n. 1, de 03 de março de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. Brasília, DF, 2005b.

_____. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 ago. 1971.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto, PT: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação)

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação, à igualdade, direitos à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, jul. 2002.

DEBUS, Mary. **Manual para excelência en la investigación mediante grupos focais**. Washington: Academy for Educational Development, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

_____. A política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, especial, out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 21 fev. 2010.

GADOTTI, Moacir. **MOVA por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular. In: SOARES, Leôncio José Gomes; _____. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-83, mar./abr. 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HADDAD, Sérgio. Escola para o trabalhador: Uma experiência de ensino supletivo noturno para trabalhadores. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (Org.). **Da Escola Carente à Escola Possível**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 155-183.

_____. **Estado e Educação de Adultos** (1964-1985), 1991. 360p. Tese (Doutorado)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

_____; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2004). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

LEOPARDI, Maria Terza; BECK, Carmem Lúcia Colomé; NIETSCHE, Elisabete Albertina; GONZALES, Rosa Maria Barcini. **Metodologia da Pesquisa de Saúde**. Santa Maria, RS: Palloti, 2001.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia? **Revista Alfabetização Solidária**. v. 5. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em 20 out. 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCHI, Diana Maria; SCHAFFER, Neiva Otero. **Educação de jovens e adultos – propostas para ações**. Porto Alegre, RS: Editora Evangraf, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOLINA, Helder. **A educação brasileira e os movimentos sociais: uma experiência sindical de educação de jovens e adultos trabalhadores – Programa Integrar, da CUT. Desafiando a contradição**. Niterói, RJ: UFF, junho/2001. Mimeografado.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

_____. **Alfabetização de adultos: desafios a razão e ao encantamento de Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO,

2000.

MOURA, Maria da Glória C. Educação de Jovens e Adultos: que educação é essa? In: **Rev. Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 12, n. 16, p. 51–64, jan./jun. 2007. p. 51-64.

_____. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba, PN: Educarte, 2003.

_____. Educação de Jovens e Adultos e educação profissional: práticas curriculares e pedagógicas. In: MENDES SOBRINHO, José Augusto; Lima, Maria da Glória B. **Formação prática pedagógica e pesquisa em educação: retratos e relatos**. Teresina, PI: EDUFPI, 2011. p. 237-238.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba, PN: Ibplex, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marli de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O Processo Grupal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

QUERUBIN, Docimar (Org.). **Educação de jovens e adultos: experiência dos metalúrgicos do programa Integrar**. Porto Alegre, RS: Tomo editorial, 2005.

RESSEL, Lucia Beatriz; GUALDA, Dulce Maria Rosa; GONZÁLES, Rosa Maria Braccini. Grupo Focal Como uma Estratégia para Coletar dados de Pesquisa em Enfermagem. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 1, n. 2 Spring, 2002.

RESOLUÇÃO 01/79. **Conselho Universitário (CU)**: Universidade Federal do Piauí (UFPI), 1979.

ROCHA, Cleonice Maria de Jesus. Perspectivas e desafios de implantação do PROEJA no município de Jussara-GO. 2009. 51 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em PROEJA) – IFG-GO, Goiânia, 2009.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 205-224.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004. 1 v.

ZIBAS, Dagmar M. L. **A reforma do ensino médio nos anos de 1990**: o parto da montanha e as novas perspectivas. Revista Brasileira de Educação, n. 28 jan./fev./mar./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a03n28.pfd>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Instrumento de pesquisa: questionário (perfil do egresso)

Prezado (a) Egresso (a) do Curso Técnico de Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA do Colégio Técnico de Floriano.

Este questionário tem como objetivo traçar o perfil sócio-demográfico dos interlocutores da pesquisa intitulada “Formação Técnica Profissionalizante na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: valorização dos egressos” do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí.

Nesse sentido, contamos com a sua valiosa contribuição e desde já agradecemos sua colaboração para a realização desse estudo.

1 DADOS PESSOAIS:

Idade: _____ anos

Sexo: () Masculino () Feminino

Naturalidade: _____

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Outros

Possui Filhos: () Sim () Não () Quantos: _____

Faixa Etária:

a) () de 20 a 29 anos

c) () de 40 a 49 anos

b) () de 30 a 39 anos

d) () de 50 ou mais

Residência: () Própria () Alugada () Outros

Você mora com: () Seus pais () Familiares () Outros

Você trabalha atualmente: () Sim () Não

Renda Familiar: () 1 salário mínimo () 2 salários mínimos () Outros

Escolaridade dos Progenitores:

PAI:

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Ensino Superior Incompleto

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista para o grupo focal

1. O que motivou o seu retorno aos estudos?
2. Como foi informado sobre o curso?
3. Por que optou pelo Curso Técnico de Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio modalidade Educação de Jovens e Adultos?
4. Sobre a escolha do Curso Técnico de Vigilância em Saúde integrado ao Ensino Médio modalidade Educação de Jovens e Adultos Comente:
 - 4.1 Benefícios em termos de saberes e aprendizagem proporcionados;
 - 4.2 Perspectiva de inserção no mercado de trabalho;
 - 4.3 Conquistas pessoais e profissionais no decorrer ou após sua formação.
4. Após o término do curso deu prosseguimento aos estudos? Justifique.
5. Os conhecimentos adquiridos durante o curso contribuíram para seu crescimento na vida pessoal e profissional? Explique de que forma e com que finalidade.
6. Descreva as impressões que teve dos professores e direção da escola.

APÊNDICE C – Roteiro para o grupo focal

TEMA: _____
DATA: ____/____/____
LOCAL: _____
HORÁRIO: Início: _____ **Término:** _____

Boa noite, a todas!

É com muito prazer que iniciamos esta reunião. Eu serei a coordenadora deste encontro, esclarecendo que não irei participar das discussões nem emitir opiniões, entretanto irei introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir, garantir que os participantes não se afastem muito do tema e que todos tenham oportunidade de se expressar, de participar. A Adjane, aqui presente, que não faz parte do grupo será a observadora cujo objetivo é auxiliá-me.

As informações produzidas serão gravadas em MP4 e posteriormente transcritas para serem analisadas.

Informamos que nosso tempo é de uma hora e meia, a ideia do encontro é analisar a contribuição da formação profissionalizante integrado ao ensino médio, visando o crescimento pessoal e profissional.

É importante salientar que todas as ideias e opiniões interessam que não há certo ou errado, bom ou mau argumento ou posicionamento, que se espera mesmo que surjam diferentes pontos de vista, mesmo que diverjam do que os outros disseram.

Lembramos que a conversa é entre vocês e que a discussão é totalmente aberta em torno da questão proposta, e todo e qualquer tipo de reflexão e contribuição é importante para a pesquisa. A proposta deste encontro é a troca efetiva entre os participantes.

Reiteramos que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados.

Desde já agradecemos a participação!

Pesquisadora

ANEXOS

ANEXO A - Matriz curricular do Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ANO	NÚCLEO	DISCIPLINAS	C. HORÁRIA
1º	Princípios Básicos de Saúde	• Educação para o autocuidado.	60h
		• Biossegurança, promoção da saúde e segurança no trabalho.	90h
		• Prestação de primeiros socorros	80h
		• Organização do Processo de trabalho em Saúde.	80h
Total			310h

ANO	NÚCLEO	DISCIPLINAS	C. HORÁRIA
2º	Ensino de Vigilâncias em Saúde I	• Educação, Saúde e Meio Ambiente.	80h
		• Trabalho, Condição e Avaliação de riscos em saúde.	90h
		• Inspeção Sanitária.	80h
		• Planejamento e ações comunicativas em Saúde.	80h
		• Saúde da Mulher e da Criança	60h
		• Atividades complementares I	40h
TOTAL			430h

ANO	NÚCLEO	DISCIPLINAS	C. HORÁRIA
3º	Ensino de Vigilâncias em Saúde II	• Investigação de surtos e danos à população e meio ambiente.	80h
		• Vigilância Ambiental e Epidemiológica.	80h
		• Saúde Coletiva.	80h
		• Bioética e Ética Profissional.	60h
		• Saúde do Homem e do Idoso.	60h
		• Informática Aplicada	60h
		• Atividades Complementares II	40h
TOTAL			460h

Total disciplinas	1200h
Estágio	400h
Total Geral	1600h

ANEXO B - Matriz curricular do Ensino Profissional

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL – CAFS
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO

GRADE CURRICULAR PROEJA

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	SÉRIE / AULAS SEMANAIS			CARGA HORÁRIA	AULAS/ANO
		1º	2º	3º		
Linguagens e Suas Tecnologias	Português e Redação	3	3	3	270	108
	Inglês	1	1	1	90	36
	Educação Física					
	Artes	1	1	0	60	36
	Informática	1	1	0	60	36
	Subtotal				480	
Ciências Humanas e Suas Tecnologias	História	1	1	1	90	36
	Geografia	1	1	1	90	36
	Filosofia	0	1	1	60	36
	Sociologia	1	0	0	30	36
	Subtotal				270	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Matemática	2	2	2	180	72
	Física	1	1	1	90	36
	Química	1	1	1	90	36
	Biologia	1	1	1	90	36
	Subtotal				450	
	Total				1200	

